

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Educação: mais que paixão



uma tarefa de gerações

Primeiro Ministro
em S. Petersburgo



Pag.18

Aniversário
da Distrital do Porto



Pag.19

CPN: A justiça deve
seguir o seu curso



Pag.18

Intervenção sobre o dia mundial da criança

Deputada Adriana Aguiar Branco
A.R. 30-Maio-2003

Parlamento



(...)
Oportunidade para se fazer uma reflexão sobre a real situação vivida pelas crianças, quais os seus problemas e dificuldades, quais os atropelos e injustiças cometidas.

Dever de se encontrarem as formas de lhes proporcionar tudo quanto lhes é devido e a que tem direito.

(...)
Portugal tem uma tradição secular na produção legislativa para a infância, basta recordar o pioneirismo da Lei de Protecção à Infância, de 1911, que invocava já o “interesse superior da criança” para a intervenção junto de crianças em situação de risco e o facto de ter sido um dos primeiros países a ratificar a Convenção dos Direitos das Crianças.

A produção de abundante legislação não evita, no entanto, que o **Comité dos Direitos da Criança na avaliação que faz da implementação dos princípios da Convenção dos Direitos da Criança na nossa lei interna e na sua aplicação prática nos dirija**

fortes críticas, dando assim um sinal muito claro de que nem tudo vai bem.

Mas se dúvidas houvesse a realidade está aí, neste momento negro da nossa história, que a todos envergonha, em que se fala das nossas crianças pelos piores motivos.

Refiro-me ao crime da pedofilia e aos abusos de que, durante anos a fio, foram vítimas muitas crianças da Casa Pia.

(...)
A verdade, porém, é muito clara: **o que sucede com a Casa Pia é uma vergonha; o encobrimento desse crime ao longo dos anos é um crime de cidadania; a circunstância de a justiça estar finalmente a funcionar é a única esperança que nos resta – a esperança de que os culpados sejam punidos, a esperança de que as vítimas sintam alguma reparação, a esperança de que novas situações não se repitam, a esperança de que a justiça se faça.**

(...)



...em nome das vítimas, em nome da reparação moral das crianças afectadas, em nome da inocência de quem foi violado ou violentado, digo bem alto – faça-se justiça, porque nós queremos justiça, doa a quem doer, custe o que custar.

(...)

Comemora-se este ano o ano europeu do deficiente e por isso quero deixar uma palavra final para essas crianças muito especiais e são infelizmente muitas, que são as nossas crianças portadoras de deficiência.

Devemo-lhes uma atenção particular, **temos para com elas**

obrigações acrescidas e por isso, **este ano europeu não pode ficar marcado apenas pela sua componente festiva** nem, tão pouco, por algumas iniciativas de carácter legislativo.

O ano europeu deve significar o início de uma nova forma de pensar e de agir, provando que há vontade política e provando que somos consequentes e coerentes com tudo aquilo que já dissemos e que, com certeza, ainda vamos dizer.

(...)

...**uma palavra de louvor**, bem merecida, **a todas as instituições** e são muitas, **que se dedicam ao apoio e desenvolvimento das nossas crianças deficientes** e também um muito obrigado **a todos os profissionais que com verdadeiro espírito de missão dedicam as suas vidas a esta causa.**

Defender, proteger e valorizar a criança é uma prioridade do nosso pensamento.

(...)

Agenda

Quarta-feira, dia 4 de Junho de 2003-15:00

Discussão conjunta:

Proposta de Lei nº57/IX (GOV)

(Sobre a alteração da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo e a Organização da tutela de menores, revendo o regime jurídico da adopção)

Projecto de Lei nº275/IX (BE)

(Reforça os direitos das crianças na adopção)

Alteração da Lei Orgânica da Assembleia da República

Quinta-Feira, dia 5 de Junho de 2003-15:00

Agendamento Potestativo requerido pelo GP/PS - P JL nº112/IX
(Adopta medidas legais tendentes a instituir e viabilizar o cartão de cidadão)

VOTAÇÕES

Sexta-feira, dia 6 de Junho de 2003-10:00

Projecto de Lei nº288/IX (PSD)

(Honras de Panteão para a Igreja de Santa Cruz em Coimbra)

Apreciação Parlamentar nº48/IX(PCP)

(Sobre as 1.ª e 2.ª fases de reprivatização indirecta do Capital Social da Sociedade Transportes Aéreos Portugueses, SA)

Discussão conjunta:

Apreciação Parlamentar nº49/IX(PCP)

Apreciação Parlamentar nº50/IX(PS)

(Cria a rede de cuidados de saúde primários)

Apreciação Parlamentar nº51/IX(PS)

(Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial)

Intervenção sobre Viseu e o seu desenvolvimento

Deputado Joaquim Almeida Henriques
A.R. - 22 de Maio de 2003



(...)

No dia em que promovemos na nossa Assembleia uma **Prova de Vinhos do Dão e um Almoço Beirão**, numa **iniciativa da Comissão Vitivinícola do Dão**, parece-me de grande **oportunidade falar de Viseu e do seu desenvolvimento.**

Quero, antes de o fazer, agradecer a presença de todos os que nos honraram com a sua presença, Deputados, Membros do Governo, Presidentes de Câmara, Jornalistas e demais convidados, bem como à comissão do Dão e todos os que colaboraram.

(...)

Como é que um **Distrito como Viseu**, permanentemente **esquecido pelos diferentes poderes centrais**, congrega forças para fugir ao seu destino de ser eternamente do interior, de se desertificar, e mobilizou vontades, investidores, locais e estrangeiros, promoveu o empreendedorismo, e envolveu o poder local para se desenvolver e fugir ao traçado destino?

De um distrito agrícola, Viseu foi-se transformando nas últimas décadas.

A indústria e os serviços ocupam hoje uma parcela importante nos seus

activos.

O principal centro urbano, que concentrava funções essencialmente no âmbito das actividades comerciais, transformou-se numa moderna e funcional cidade de prestação de serviços às pessoas, assumindo-se como pólo aglutinador e liderante, ganhando capacidade de atracção, bem patente no crescimento de 12.000 pessoas na última década.

(...)

Para dar o próximo salto terá que ter a capacidade para se relacionar com os outros Distritos, acreditar que a única forma de combater a bicefalia do País, em torno de Lisboa e Porto, é apostar nesta nova centralidade, apostar num

(continua na pág. 5) 



Intervenção sobre a Orientação e Execução da Despesa Pública e Opções de Política Económica

Deputado Tavares Moreira
A.R. 28-Maio-2003

(...)

Há um ano, 15 de Maio de 2002 aprovamos nesta Assembleia o Orçamento para 2002.

Essa deliberação da AR revestiu-se de especial significado por se ter tratado da primeira grande etapa na mudança da política económica em Portugal, após a nossa participação na zona EURO, dando início a um processo que seria depois integrado por mais quatro episódios fundamentais:

- A aprovação, em 26 de Julho, através da R.C.M. 103/2002, do **Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia**, estabelecendo um conjunto de objectivos e de orientações no domínio das políticas de gestão da oferta, colocando um acento muito especial na promoção das actividades produtoras de bens e serviços transaccionáveis;

- A aprovação, no final de Julho, na AR, da **Lei de Estabilidade Orçamental**, consagrando um regime de solidariedade dos diferentes subsectores do Sector Público Administrativo na realização dos objectivos de estabilidade orçamental;

- A aprovação da Lei do OE para 2003, com a qual se elegeu a **contenção da despesa pública**

corrente – com relevo para a despesa primária – como eixo principal da política de consolidação orçamental;

- Finalmente, o cumprimento com o maior sucesso, da árdua tarefa de **colocar o défice orçamental de 2002 em nível inferior a 3% do PIB**, evitando que o País incorresse, pelo 2º ano consecutivo, na situação de défice excessivo prevista e sancionada no Tratado da União Europeia.

(...)

A clarividência da **nova política económica em Portugal** está presente nos diferentes planos em que essa política se exprime, a saber:

- No plano da definição dos objectivos intermédio e final dessa política;

- No plano do doseamento dos instrumentos de execução da política;

- No plano do discurso político que acompanhou a sua divulgação, que fundamentou a sua necessidade e que tem sido reiterado ao longo da respectiva execução.

(...)

O Governo deixou bem claro, desde a primeira hora, que o **OBJECTIVO FINAL** da sua política é atingir um ritmo de crescimento económico superior à média dos nossos parceiros da EU, por forma a atingir o nível médio de rendimento

desses parceiros no mais curto lapso de tempo (a chamada “convergência real”).

(...)

O Governo também não deixou dúvidas quanto à necessidade, para conseguir esse desiderato final, de se corrigirem, com a maior brevidade, os gravíssimos desequilíbrios de que a economia enfermava e que a tinham lançado num ritmo de endividamento insustentável. E de que, **para essa correcção, seria prioritário disciplinar as finanças públicas, eliminar os desperdícios que tinham minado a solidez da economia, e estabelecer, com toda a determinação, um programa de consolidação orçamental a médio prazo.**

(...)

O Governo percebeu, e bem, que sem uma radical alteração da desastrosa política de finanças públicas que tinha herdado dos seus antecessores, os desequilíbrios da nossa economia só poderiam ser corrigidos com custos extraordinários para os sectores produtivos e também com custos sociais intoleráveis.

Não foi assim difícil definir e eleger a consolidação orçamental, a disciplina das finanças públicas como o **OBJECTIVO INTERMÉDIO** da nova política económica.

(...)



Para concluir, cumpre dizer que a **NOVA política económica portuguesa, pela primeira vez desde que nos tornamos membro da zona EURO, é totalmente consistente com os dados macroeconómicos, com o novo contexto de integração numa zona monetária e com o objectivo final de recriar condições para a retoma do processo de convergência real.**

(...)

O que se deve esperar agora é que o Governo prossiga, com determinação e persistência essa política, ajustando-a às mudanças que forem ocorrendo no contexto interno e internacional. Mas mantendo, até 2006, a linha de consolidação orçamental e de controlo estrito do crescimento da despesa pública.

(...)

Observatório de Imprensa

O Juiz decide

A ideia de que o sistema judicial está a funcionar nem deveria em si ser notícia, antes se desejando que passe a ser um elemento da rotina democrática.

Gonçalo Capitão, A Capital, 27/05/03

Foi você que pediu uma constituição europeia?

Ninguém acha que uma constituição europeia seja minimamente necessária e existe uma suspeita generalizada sobre os motivos que deram origem à convenção.

José Pacheco Pereira, O Público, 28/05/03

Deixemo-los trabalhar!

Ver Manuel Alegre evocar a necessidade de um novo 25 de Abril e Carlos Carvalhas bater-se contra uma "República de Juizes" transportunos para a Itália de Berlusconi. É paradoxal como pode ser idêntico o discurso da esquerda marxista e da direita radical.

Luís Filipe Menezes, Correio da Manhã, 28/05/03

A Bússola

Pela sensatez da acção política, o Governo da República é hoje para os portugueses, ávidos de estabilidade, de confiança e de esperança, uma bússola.

Jorge Neto, Euronotícias, 30/05/03

Netos e Avós

O ideal de felicidade surge associado à obrigação de ter corpos perfeitos, extremamente "saudáveis", ainda que para tal se sacrifique a saúde e o bem estar. É importante alterar também este "estado de coisas".

Fernando Seara, A Capital, 30/05/03



Intervenção sobre o movimento associativo popular

Deputado Manuel Oliveira
A.R. 2003-Maio-30

(...)
Ao iniciar esta intervenção e porque sou dirigente do denominado movimento associativo popular, em colectividades de cultura e recreio, queria nos termos regimentais e estatutários deixar registada esta declaração de interesses.

Entendo que é um interesse que fica bem manifestar porque de um ou outro modo seja nos órgãos executivos, seja nos órgãos deliberativos ou de fiscalização estamos ligados ao movimento associativo que brota de sociedade onde nos inserimos.

(...)
No Capítulo relativo aos direitos e deveres culturais a **Constituição da República Portuguesa dispõe** que **o Estado promove a democratização da cultura** incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural em colaboração com as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e

recreio, as associações de defesa do património cultural e outros agentes culturais.

(...)
O Governo atribui à política cultural um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais. A cultura é um verdadeiro laço entre o passado e o futuro e uma componente determinante da identidade nacional; pelo que a política cultural tem forçosamente por objectivo a promoção dessa identidade.

(...)
Com as iniciativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, - os projectos de lei 297 e 298 - pretende-se dar um contributo que corresponda às aspirações, aliás justas, do movimento associativo português.

(...)
Com as suas iniciativas legislativas **pretende o PSD:**
- **Institucionalizar o dia 31 de Maio como a dia nacional das**



colectividades

- Conferir ao **Movimento Associativo Português o estatuto de parceiro social**

- **Dotar o Estado de um registo permanentemente actualizado do movimento associativo nacional** para que seja possível progressivamente virem a ser aperfeiçoados os mecanismos de apoio técnico e financeiro às suas actividades.

Por outro lado ...

... Pretende dar um sinal na valorização da actividade do dirigente associativo;

Começamos por reconhecer que gradualmente se devem criar condições para que o dirigente associativo voluntário exerça a actividade associativa compatibilizada com a actividade profissional.

... remetemos para a Concertação Social a possibilidade de adopção de um âmbito de aplicação da dispensa de actividade profissional mais alargado para o presidente ou a outros membros da direcção executiva.

(...)
Por isso **não o desejamos ver tutelado por qualquer poder** que não seja o livre e voluntário exercício do direito de associação.

Queremos continuar com a autonomia do movimento associativo.

Reconhecemos e **valorizamos muito o voluntariado.**

(...)

Intervenção sobre a “Política económica e social “

Deputada Ana Manso
A.R., 28 de Maio de 2003

(...)
Muito tem feito o Governo e a Maioria para dar melhores expectativas aos portugueses. Mas, há que reconhecer, a clara **visão estratégica** sobre o que fazer e o **rigor e competência** nas opções **não são susceptíveis de produzir resultados no curto prazo.**

(...)
Não se inverte num dia uma tendência depressiva que se foi deixando lavrar na sociedade e na economia portuguesas, num deslumbramento sem fim por uma conjuntura de brilho que escondia uma realidade em depressão.

Para piorar a situação, o **Pais está confrontado com uma conjuntura externa francamente desfavorável para uma economia aberta que necessita de gerar fortes investimentos estrangeiros.** É claro que a depressão económica internacional atinge, em primeira linha, a mobilidade de capitais e de investimento externo, comprimindo a expansão da economia, retraindo o consumo e perturbando o equilíbrio social por via das dificuldades que gera nas empresas e na própria situação financeira do Estado.

(...)
Este **Governo tem tido a atitude sã e responsável** de falar verdade aos portugueses, **não escondendo nem**

escamoteando as dificuldades que só com o contributo de todos podem ser superados de uma forma sustentada.

O retrato da **situação económica e social do País não é inédito em relação ao resto da União Europeia.**

(...)
A Saúde Orçamental, as reformas de fundo, o aprofundamento da justiça social constituíram, desde o início do trínómio da política do actual Governo.

E factos são factos:
- Nenhum investimento público foi parado;

- O investimento público em 2002 foi superior em 20 por cento ao de 2000;

- No 1º trimestre de 2003 o investimento público do Estado subiu 10 por cento face a igual período de 2002;

- A transferência de fundos estruturais nos primeiros dois meses de 2003 aumentou 65 por cento face ao mesmo período do ano passado.

(...)
...só o **autismo político ou uma atitude preconceituosa e dogmática pode continuar a desvirtuar factos e a insistir no discurso da desgraça**, distorcendo os sinais positivos e omitindo a importância dos programas específicos de recuperação económica.

...muitos e bons sinais têm

dado o Governo e a Maioria no que respeita às suas **preocupações sociais e de protecção à família**, aos mais desprotegidos e aos que atravessam maiores dificuldades conjunturais.

(...)
Aos sinais de rigor na **gestão económica e financeira**, outros sinais de justiça social têm sido apanágio da **acção política da actual Maioria política** - desde a erradicação do que o Ministro do Trabalho e da Segurança Social em tempos definiu como **“a discriminação negativa das famílias que acolhem os seus ascendentes em vez de os colocarem em lares”**, até à **abolição do imposto sucessório** no quadro da Família, passando pela **reforma dos impostos sobre o património imobiliário em claro favorecimento dos casais mais jovens** que agora começam as suas vidas.

(...)
...as virtualidades e potencialidades introduzidas pelo Novo Código Laboral...

(...)
E mais recentemente o **Plano Nacional para a Acção e Inclusão e o Plano Nacional de Emprego e protecção Social** com benefícios inequívocos para a política social do



Governo, o Programa Específico de Emprego e Formação, Emprego-Família, e o Programa Face. E, ainda a criação de aproximadamente, 90 mil novos empregos nos próximos anos.

(...)
...o **Governo e a Maioria não adoptam uma atitude contemplativa das dificuldades nem se acomodam à inevitabilidade das consequências do estado actual da conjuntura interna e externa.**

(...)
Conhecemos e reconhecemos as dificuldades. Estamos mobilizados para as enfrentar. Queremos o esforço de todos para as ultrapassar. Os portugueses sabem bem que podem contar connosco para esse combate. Que é pelo futuro, pela modernidade e pela justiça social.

(...)



Intervenção sobre a política de pescas

Deputado Jorge Tadeu Franco Morgado
A.R. 30 de Maio de 2003

(...)
É já um lugar comum afirmar que o Dia do Pescador “deveria ser todos os dias”, em especial numa actividade que, pela sua natureza, não diferencia a noite do dia, fins-de-semana e feriados de dias da semana, o frio do calor, a tempestade da bonança.

(...)
...Portugal é o país continental com maior consumo *per capita* de peixe e outros produtos da pesca **de todo o mundo**, consumindo cada português cerca de **60 kg por ano**, de acordo com os últimos dados da FAO.

(...)
...conseguiu uma grande vitória para Portugal, contrariando a inviabilização da possibilidade de

reprogramação dos Fundos IFOP, o que permitiu o reforço das verbas inscritas para a renovação da frota em mais 18 Milhões de Euros, sendo Portugal o único país da União Europeia a que tal foi autorizado.

(...)
Recentemente, fomos agradavelmente surpreendidos com a hipótese das embarcações portuguesas poderem regressar a Marrocos. Mais uma vez o nosso Governo demonstra sentido de oportunidade, inteligência e grande capacidade negocial.

(...)
...surge uma nova proposta de regulamento da União Europeia, que a ser aprovada, colocará em risco a sustentabilidade dos nossos recursos

pescueiros - a alteração do regime de gestão do esforço de pesca nas *águas ocidentais* que incluem a Zona Económica Exclusiva de Portugal.

Esta proposta prevê a criação de grandes zonas de pesca entre Portugal e Espanha, o que implica o abandono das actuais subzonas, que distinguem as áreas sob jurisdição espanhola e portuguesa.

(...)
...o Grupo Parlamentar do PSD se coloca ao lado do Governo na defesa intransigente do futuro dos nossos recursos naturais, saudando a intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no Conselho de Ministros da



União Europeia desta semana, onde, mais uma vez, defendeu os interesses nacionais com argumentos válidos e pertinentes, denunciando uma situação claramente penalizadora para uma das maiores riquezas naturais do nosso país.
(...)

Intervenção sobre o Associativismo

Deputada Isilda Pegado
A.R. 30-Maio-2003

(...)
O associativismo nasce do grande e genuíno desejo de felicidade do homem que assim se junta aos que lhe estão mais próximo.

É deste desejo que nascem as obras.

Porque esta **obra nasce do homem, não cabe ao Estado dirigir essa iniciativa individual e colectiva**, mas apenas reconhecê-la e não colocar obstáculos ao seu livre desenvolvimento.

(...)
Respeitando o princípio da



subsidiariedade o poder que melhor reconhece e pode ajudar as colectividades é seguramente o poder

que lhes está mais próximo, na nossa realidade, o poder local e não o poder central.

(...)
O que importa é criar uma mentalidade de liberdade. Porque só na liberdade os homens e as colectividades podem realizar os seus desejos de felicidade, de criatividade e que melhor correspondem às necessidades das comunidades que servem.

(...)
...quem está no associativismo, esses milhares de homens e mulheres que trabalham em prol da sua colectividade, fazem-no pelos rapazes e

raparigas que vêm crescer no grupo de teatro, na filarmónica ou na actividade desportiva que tutelam.

Fazem-no pelo gosto de pôr ao serviço da comunidade, o saber e a experiência que, ao longo da vida, foram granjeando.

É por isso justo que também se preste uma homenagem a esse trabalho abnegado, sem contrapartidas económicas, que todos os dirigentes associativos, de ontem e de hoje, fazem e prol de cultura, do lúdico, do desporto, enfim, da felicidade daqueles que consigo cruzam.

(...)

Deputado Joaquim Almeida Henriques

A.R. - 22 de Maio de 2003

◀ (continuado da pág. 2)

conceito de complementaridade e cumplicidade com os restantes cinco distritos do Centro e assumir uma estratégia diferenciada.

Mas, se é verdade que este salto se deu no centro sul do distrito, designadamente em Dão-Lafões, não é menos verdade que se agravaram as assimetrias no norte do Distrito, no Douro Sul, sobretudo por falta de uma política de acessibilidades que manteve literalmente “encravado” este território, levando a que tenhamos um Distrito a duas velocidades.

(...)
Viseu continua a ser a única capital do País que não é servida por nenhuma auto-estrada, o IP 5 não é uma realidade, o IP 3 a norte

também não é, para não falar da precariedade deste itinerário na ligação a Coimbra; o IC 12 entre Mangualde e Carregal também não existe, para já não falar do eterno encravamento do Norte que continua à espera também do IC 26.

O rol de carências é imenso !

(...)
Viseu terá que se assumir como uma plataforma de equilíbrio entre o litoral e o interior, com investimentos nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, potenciadoras de inovação e gestão do conhecimento, através da captação de star ups ou empresas inovadoras e gestoras do conhecimento.

Terá que consolidar os seus sectores de ponta, designadamente o automóvel e promover a inovação como o seu capital do futuro, assumindo-se como capital da inovação, do conhecimento e das novas tecnologias.

É este o caminho que queremos trilhar, num esforço conjunto de todos, sem excepção.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da educação

Sobre o ensino secundário na cidade de Póvoa de Santa Iria
Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Pedido de cópias de Relatórios de Inspecção e de Inquéritos a Municípios
Dep(s) Vasco Cunha e outros

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas

Sobre a promoção, através da Inspeção Geral das Obras Públicas, o inquérito necessário ao apuramento das responsabilidades pelos acidentes verificados na construção da EN342.

Dep(s) Miguel Coleta e outros

Reunião do Conselho de Ministros

Prevenção e repressão do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita

O Conselho de Ministros de 27 de Maio, como habitualmente reunido na Presidência do Conselho, aprovou duas propostas de Lei; 11 decretos-Lei, dos quais cinco relativos a transposições, para a legislação nacional, de directrizes europeias; dois Decretos e três resoluções.

A mais importante legislação aprovada é a que codifica a nova Lei de Bases da Educação, que pela sua importância, extensão e destaque, que o Primeiro Ministro e o Governo entenderam dar-lhe, na sua apresentação, tem referência especial noutro espaço deste jornal.

A segunda proposta de Lei aprovada estabelece o regime de prevenção e repressão do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita, e responde à necessidade de transposição de uma Directiva (2001/97/CE) executando simultaneamente as medidas previstas na Decisão-Quadro do Conselho de 26 de Junho de 2001, para codificar a legislação actualmente dispersa sobre o branqueamento.

De facto, apesar do empenho manifestado nas sucessivas tentativas de aperfeiçoar o sistema preventivo e de repressão do branqueamento, é notório algum insucesso, motivado não apenas pelas características de complexidade e transnacionalidade do branqueamento moderno, mas também pela manifesta inobservância da legislação vigente em matéria de prevenção.

Deste modo, aperfeiçoa-se o sistema preventivo, clarificando os deveres, simplificando os procedimentos e identificando de forma inequívoca os destinatários das normas, procurando, por esta via, contribuir para a sua maior observância.

Por outro lado, estende-se o conceito de crime subjacente aos factos ilícitos puníveis com pena de prisão de duração mínima superior a seis meses e aos crimes de extorsão, abuso sexual de crianças ou de menores dependentes e tráfico de influência.

Amplia-se, igualmente, o âmbito subjectivo das entidades sujeitas aos deveres, que passa a incluir: sociedades gestoras de fundos de investimento, agências de câmbios, instituições de transferência ou envio de fundos, empresas de investimento, leiloeiros, consultores fiscais, advogados e solicitadores. Cria-se, também, o dever de os funcionários das finanças que, no exercício das suas funções, tomem conhecimento de

factos que iniciem a prática de branqueamento informarem as autoridades competentes.

Para além do disposto na Directiva 2001/97/CE, alarga-se o elenco das operações a propósito das quais surge, para a categoria dos profissionais independentes e sociedades, a necessidade de observância dos deveres previstos no diploma, passando a lista a incluir

gerados em navios e de resíduos provenientes da carga, com origem em navios que utilizem portos nacionais, com as alterações introduzidas pela Directiva 2002/84.

Este diploma define as condições que permitem a recepção dos resíduos gerados em navios e resíduos de carga aplicáveis a todos os navios que escalem em portos nacionais, incluindo os navios de pesca e as

promoção de uma política de desenvolvimento da economia e, em especial no que se refere à qualidade e segurança dos transportes terrestres, de revisão do actual quadro legislativo harmonizado com as normas europeias.

A substituição de vários diplomas diferentes por um diploma único consubstancia igualmente uma importante melhoria qualitativa do



todas as operações imobiliárias e as operações de compra e venda de direitos sobre praticantes de actividades desportivas profissionais.

Quanto aos advogados e solicitadores, deu-se cumprimento, na estrita medida do necessário, ao disposto na Directiva 2001/97/CE. Agiu-se, assim, com a máxima cautela, dado que não pode ser ignorado que o sigilo profissional daquelas entidades não existe apenas para tutela dos interesses do cliente ou do próprio profissional independente, mas é antes um dos pilares da realização da justiça e consequentemente, do próprio Estado de Direito.

Transposições para a legislação nacional de directrizes europeias

Resíduos de navios - As transposições para a legislação nacional de directivas da ou do Parlamento Europeu, comportam:

Primeiro, a directiva 2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos meios portuários de recepção de resíduos

embarcações de recreio (com excepção dos navios de guerra), com medida de prevenção contra actos de poluição, por descargas de navios, e de protecção do meio marinho.

São ainda tipificadas e qualificadas como contra-ordenações a prática de infracções em violação ao disposto no diploma, com a consagração das coimas mínimas e máximas aplicáveis a pessoas singulares e colectivas.

Estabelece igualmente a cobrança de taxas, pelas autoridades portuárias, de recepção de resíduos, a pagar pelo utilizador do meio de recepção.

Mercadorias perigosas - Segundo, a transposição das directivas 2001/7/CE e 2003/28/CE, que adaptam ao progresso técnico a Directiva 94/55/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros, respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e a Directiva 2001/26/CE que por seu lado, alterava a Directiva 95/50/CE do Conselho, relativa a procedimentos uniformes de controlo do transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

O Decreto-Lei agora aprovado insere-se no objectivo geral de

quadro legislativo existente em matéria de transporte rodoviário de mercadorias.

Relações financeiras Estados/empresas públicas - Terceiro, transpõe-se a directiva 2000/52/CE, que vem alterar uma Directiva anterior (80/723/CEE), relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados-Membros e as empresas públicas.

O mecanismo aprovado baseia-se na obrigação das contas das empresas estabelecerem uma distinção entre as diferentes actividades, os custos e receitas associados a cada uma das actividades bem como a metodologia utilizada para a afectação e imputação dos custos e das receitas.

Nos termos deste Decreto-Lei, devem ser mantidas contas distintas, por um lado, para os produtos e serviços em relação aos quais o Estado membro concedeu à empresa direitos especiais ou exclusivos ou tenha encarregado a empresa da gestão de um serviço de interesse económico geral e, por outro, em relação a todos os outros produtos ou serviços

(continua na pág. ao lado) ►



Reunião do Conselho de Ministros (continuação)

Controlo de substâncias perigosas

Nova orgânica do Centro Cultural de Macau

abrangidos pela actividade da empresa. A obrigação de manter contas distintas não se aplica às empresas que se limitem a prestar serviços de interesse económico geral, sem exercerem outras actividades fora do âmbito desses serviços.

Cosméticos e encefalopatia espongiiforme - Quarto, é alterado o Decreto-Lei n.º 100/2001, de 28 de Março, que transpôs para a ordem jurídica nacional diversas directrizes da CE que adaptam ao progresso técnico os anexos II, III, e VII da Directiva 76/768/CEE do Conselho, relativa à aproximação de legislações dos Estados-membros respeitantes a produtos cosméticos.

Cumprindo as obrigações assumidas no plano comunitário, o Estado português adoptou as medidas legislativas necessárias à transposição efectiva de três Directivas comunitárias que reforçam, significativamente, o grau de protecção dos consumidores de produtos cosméticos.

Por um lado, aperfeiçoando, à luz do progresso científico e dos novos instrumentos normativos entretanto adoptados na Comunidade Europeia, o ponto relativo à utilização de matérias de risco especificadas no fabrico de produtos cosméticos, de

modo a considerar as diversas situações dos Estados, no que toca ao controlo das encefalopatias espongiiformes (conhecido por doença das vacas loucas) transmissíveis e os mecanismos de controlo da utilização das respectivas matérias de risco.

A partir da data da entrada em vigor do presente diploma, deixam de poder ser colocados no mercado e disponibilizados ou vendidos a consumidores finais produtos cosméticos que não cumpram estes apertados critérios de protecção da saúde pública.

O diploma reflecte também a preocupação de dar resposta à necessidade de uniformização de regimes jurídicos no espaço do mercado interno e de reforçar a protecção da saúde pública.

É proibida a utilização intencional de substâncias radioactivas na produção de produtos cosméticos, bem como a importação ou exportação de produtos nessas condições.

Trinta e seis ingredientes vêm afectada a sua integração em produtos cosméticos. Vinte e oito, de entre eles, deixam de poder ser incorporados em produtos cosméticos, no seguimento de importantes desenvolvimentos científicos, sendo estabelecidas regras

específicas para aqueles que, ainda que limitadamente, possam ser utilizados. Em particular, o presente diploma concentra-se especialmente sobre os corantes capilares.

Diplomas de formação profissional - Quinto e último, é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/19/CE, ficando assim alterado o Decreto-Lei n.º 242/96, de 18 de Dezembro, que tinha transposto para a ordem jurídica nacional a Directiva 92/51/CEE do Conselho, relativa a um segundo sistema geral de reconhecimento das formações profissionais.

A alteração prevista neste diploma consiste na introdução da imposição de que, no procedimento de reconhecimento de diplomas ou certificados de formação profissional obtidos em qualquer Estado-membro, quando a respectiva autoridade competente detectar diferenças substanciais entre aquela formação e a exigida pela legislação portuguesa, antes de recorrer ao expediente de propor a realização de um estágio de adaptação ou a sujeição do requerente a um exame de aptidão, deverá verificar se os conhecimentos por ele obtidos durante a sua actividade profissional podem colmatar, total ou parcialmente, aquelas diferenças.

Nova orgânica do CCC de Macau

Por Decreto-Lei foi aprovada a nova orgânica do Centro Científico e Cultural de Macau assim se cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 205/2002, e cometendo àquele centro a missão de desenvolver actividades de índole científica e cultural, visando produzir, promover e divulgar o conhecimento sobre Macau, sobre as relações de Portugal com Macau e com a China, bem como sobre as relações da Europa com a região Ásia-Pacífico, centradas, respectivamente, em Portugal e em Macau.

Estatutos da Fundação de Serralves

Foram alterados os Estatutos da Fundação de Serralves, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 240-A/89, que este novo Decreto-Lei vem alterar. Esta alteração no modo de funcionamento dos seus órgãos estatutários.

Prevê-se, designadamente, que a substituição dos administradores

(continua na pág. a seguir) ►►►

Comissão estratégica dos Oceanos presidida por José Luís Arnaut



Por Resolução do Conselho de Ministros foi criada, na dependência do Primeiro-Ministro, a Comissão Estratégica dos Oceanos, com o objectivo de proceder à definição de um plano estratégico sobre gestão e exploração dos oceanos que, reforçando a associação de Portugal ao mar, assente no desenvolvimento e uso sustentável dos oceanos e seus recursos.

O mar tem sido ao longo dos séculos abstracto fundamental da realidade política, económica e cultural de Portugal.

Consciente da importante componente oceânica do país, o

Governo entende que os assuntos referentes ao oceano devem constituir uma prioridade para o país.

Múltiplos factores, incluindo a diminuição dos recursos vivos, a destruição dos ecossistemas, a deterioração do ambiente marinho, a desmultiplicação do transporte marítimo, em concorrência com o desenvolvimento progressivo de uma consciência ambiental de protecção dos oceanos, bem como do desenvolvimento das ciências aplicadas ao mar

e de novas tecnologias - revelando novos usos do oceano - indicam um aumento considerável da importância que todos os países, em geral, e os Estados costeiros, em particular, atribuem aos oceanos.

Compreender esta evolução é determinante. Uma boa governação das áreas costeiras e oceânicas será, num futuro não distante, ainda mais do que hoje, um capital importante para o progresso das nações.

Uma visão estratégica de investimento a longo prazo nos oceanos implica a definição de um conjunto de objectivos, bem como a adopção de políticas que, adequadas a prosseguir esses objectivos, dêem vida àquela visão.

Neste sentido, o Conselho de Ministros determinou a constituição, na dependência do Primeiro-Ministro, da Comissão Estratégica dos Oceanos, que visa desenvolver um plano estratégico sobre a gestão e exploração do oceano, o qual, reforçando a associação de Portugal ao mar, deverá ser assente no desenvolvimento e uso sustentável do oceano e seus recursos.

Para além do mandato geral da Comissão, o Governo, através da Resolução hoje aprovada, definiu as competências específicas da Comissão, incluindo a proposição de uma estratégia para o oceano e a delimitação das políticas adequadas à prossecução dessa estratégia.

O Governo determinou, ainda, que a Comissão adopte uma metodologia de abordagem integrada, interdisciplinar e intersectorial de todos os assuntos relativos aos oceanos.

A Comissão é presidida pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e integrada por representantes ministeriais e por personalidades de reconhecido mérito, funcionando junto de um Conselho Consultivo, ao qual compete dar parecer sobre áreas sectoriais que relevem para o trabalho da Comissão, bem como sobre outras matérias que a Comissão entenda submeter à sua apreciação.

Reunião do Conselho de Ministros (conclusão)

Nova orgânica do Ministério da Economia Estatutos da Fundação de Serralves

◀ (continuação da pág. anterior)

mais antigos - dois, em lugar dos actuais três - não se verifique na medida em que, no mandato em curso, tenham previamente ocorrido casos de cessação antecipada de funções.

Ao mesmo tempo, garante-se aos membros do conselho de administração a possibilidade de exercer, pelo menos, dois mandatos e opta-se por tomar claro que não poderão exercer mais do que três mandatos.



Finalmente clarifica-se o modo de contagem dos mandatos dos administradores.

Lei orgânica do INEM

Por Decreto-Lei foi aprovada a orgânica nova Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica que visa dota-lo de um regime mais adequado ao que se pretende sejam as funções de emergência médica no século XXI, reformulando-se as competências que lhe cabem e agilizando-se a forma de contratação.

Nova orgânica do Ministério da Economia

Foi aprovada por Decreto-Lei a nova orgânica do Ministério da Economia, que espelha os objectivos traçados quer no Programa do XV Governo Constitucional, o qual aponta como objectivo central da actuação do governo, na área económica, a promoção da produtividade, quer na lei orgânica do XV Governo constitucional, que define como uma das prioridades da sua actuação a concretização de uma nova política económica.

Nestes termos, a orgânica do Ministério da Economia tem de traduzir tais objectivos, que passam por uma consolidação e reforço da competitividade do tecido empresarial, pela racionalização e redimensionamento do sector

empresarial do Estado e pela eficiência da Administração Pública.

Tal meta implica uma profunda reestruturação dos serviços que integram o Ministério da Economia, promovendo-se uma eliminação dos custos desnecessários, resultantes da redundância da intervenção aos diversos níveis da estrutura institucional, sem perder de vista o objectivo central de aliviar os agentes económicos do peso administrativo e burocrático dos procedimentos, eliminando-se todas as regras e procedimentos desnecessários ou redundantes, bem como de todos os níveis de intervenção da Administração Pública que sejam dispensáveis, diminuindo-se de forma muito sensível os tempos de apreciação e decisão.

A nova orgânica do Ministério da Economia concretiza os objectivos de dinamização e inovação, regulamentação, regulação e supervisão da actividade económica, os quais encontram a sua sustentabilidade em estruturas orgânicas flexíveis e dinâmicas, que aproximam a economia dos agentes económicos.

Venda de imitações de armas de fogo a menores

A venda e a cedência de imitações de armas de fogo a menores, interditos ou inabilitados por anomalia psíquica, bem como a sua posse ou uso por estes, fica definida como contra-ordenação por Decreto-Lei.

Passa assim a ser punível com coima e outras sanções acessórias, a venda ou cedência dessas armas que eram muitas vezes consideradas "brinquedos". O diploma fixa, ainda, o conceito de imitação de arma de fogo e proíbe a sua posse e uso, quando não justificadas, por menores e incapazes por anomalia psíquica, incumbindo as forças de segurança de proceder à apreensão das imitações encontradas na posse destes, ainda que não haja lugar a procedimento por contra-ordenação, designadamente, por o agente ser inimputável em razão da idade.

Em caso de infracção à norma sobre rotulagem e instruções de uso, as coimas variam de 250 a 1.500 Euros, para pessoas singulares, e de 2.500 a 15.000 Euros, para pessoas colectivas.

Em caso de infracção à norma sobre transmissão de imitações de armas de fogo, as coimas variam de 250 a 2.500 Euros, para pessoas singulares, e de 2.700 a 27.000 Euros, para pessoas colectivas.

Alargamento da acção dos Julgados de Paz

Também por Decreto-Lei foi alterado, pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro, que procedeu à criação dos julgados de paz de Lisboa, de Oliveira do Bairro, do Seixal e de Vila Nova de Gaia.

O carácter inovador dos Julgados de Paz no sistema judicial português determinou que, no seu diploma legal de criação, fosse consagrada a natureza experimental do projecto.

Ora, da apreciação e avaliação dos resultados entretanto obtidos, quer no que concerne à adequabilidade e eficácia do modelo, quer no que respeita à satisfação dos cidadãos, gerou-se um amplo consenso no sentido do desenvolvimento deste projecto.

Assim, o Governo aprovou agora um diploma que altera as circunscrições territoriais dos Julgados de Paz dos Municípios de Lisboa, do Seixal e de Vila Nova de Gaia, as quais passam a abranger todas as Freguesias dos respectivos Concelhos, sendo que o Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, já de âmbito concelhio, é constituído na modalidade de um Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos contíguos.

O alargamento da competência territorial destes Julgados de Paz possibilitará que todos os cidadãos dos respectivos Concelhos tenham acesso a este meio de resolução de litígios.

Prazo de entrega de pagamentos especiais por conta

Os prazos de entrega de pagamento especial por conta de 2003, foram alterados por Decreto-Lei, pois a evolução da conjuntura económica e a situação financeira em que actualmente se encontra a maioria dos sujeitos passivos de IRC, justificam o alargamento do horizonte temporal previsto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do IRC, bem como a dispensa, total ou parcial, da última prestação do pagamento especial por conta, excepcionalmente permitida no mês de Fevereiro de 2004, ou no 2.º mês do período de tributação seguinte, no caso de sujeitos passivos que adoptem um período de tributação diferente do ano civil.

Em virtude da natureza deste pagamento ser a de adiantamento ou de pagamento por conta do imposto a apurar, a dispensa referida no

parágrafo anterior não fere o princípio da legalidade.

Exclusão de terrenos do regime florestal

Para além dos Decretos-Lei aprovados, o Conselho também aprovou dois Decretos, o primeiro dos quais exclui do Regime Florestal Parcial uma parcela de terreno com a área de 2,5 hectares, situada no lugar de Merujal, freguesia de Urró, Concelho de Arouca.

O presente diploma decorre de uma solicitação feita pelo Conselho Directivo dos Baldios de Merujal, de deliberação da respectiva Assembleia de Compartes, no sentido de ser excluída do Regime Florestal Parcial da Serra da Freita uma parcela de terreno com a área de 2,5 hectares, para aí serem construídas habitações.

Outro Decreto exclui do Regime Florestal Parcial uma parcela de terreno baldio com a área de 700m², situada na povoação de Cabaços, freguesia de Albergaria da Serra, concelho de Arouca, também integrada no Perímetro Florestal da Serra da Freita.

Como no Decreto anterior, o diploma aprovado responde a uma solicitação feita pela Assembleia de Compartes dos Baldios da freguesia de Albergaria da Serra, concelho de Arouca, no sentido de ser excluída uma parcela de terreno baldio, com a área de 700m², na qual existem já construídas duas habitações, cuja situação importa regularizar.

Autorizações de aquisição de prédios, pela Universidade da Beira Interior

Das três resoluções deste Conselho, referimos duas de seguida, reservando um maior destaque à terceira, pela sua importância intrínseca. As duas a que aludimos, autorizam a Universidade da Beira Interior a adquirir, a título oneroso, um prédio rústico situado na Quinta da Grila, freguesia de Santa Maria, concelho da Covilhã, mais concretamente o Lote n.º 28, sito na Quinta da Grila, freguesia de Santa Maria, concelho da Covilhã, destinada à construção da Faculdade de Ciências da Saúde, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/98.

A segunda resolução autoriza à mesma Universidade a aquisição de outros prédios rústicos ou urbanos na Olivosa ou Cabreiro, freguesia de Santa Maria, concelho da Covilhã, também para a construção da faculdade de Ciências da Saúde.



Execução e orientação da despesa pública

Joga-se aqui o futuro dos portugueses

No dia 29, quinta feira passada, a ministra das Finanças foi à assembleia da República, para participar no debate agendado sobre a execução e orientação da despesa pública nos primeiros meses do ano, cumprindo assim o que a Lei do enquadramento orçamental dispõe sobre este assunto.

Pela importância de se reveste, na estabilidade financeira e na recuperação de Portugal, "Povo Livre" regista o evento, chamando a atenção dos militantes, simpatizantes e leitores, em geral.

Manuela Ferreira Leite fez a entrega do respectivo relatório à Assembleia, passando-se à discussão do mesmo. A intervenção da Ministra, a abrir o debate, foi curta e incisiva. A responsável pelas Finanças, depois de cumprimentar a presidência e os deputados, afirmou:

"[Esta] discussão vem na linha do debate que recentemente aqui tivemos, em Janeiro, sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período 2003-2006, que tem uma natureza plurianual, apontando para objectivos quantificados relativos aos grandes agregados de despesa, e que implica uma linha de actuação duradoura e contínua que pode ultrapassar o período de vida de uma legislatura.

"Aproveitou o Governo esta oportunidade, de apresentação do Relatório sobre a Execução e Orientação da Despesa Pública, para rever em baixa o cenário macroeconómico que havia servido de base à elaboração quer da Lei do Orçamento de Estado para 2003, quer do Programa de Estabilidade e Crescimento.

"Fizémo-lo em consonância com as novas previsões económicas revistas, também em baixa, por todas as organizações internacionais e países tomados individualmente, sem excepção.

"Não obstante, porque essa é a linha de rumo que serve os interesses do País, mantém-se o objectivo do Governo em prosseguir as metas consignadas no Programa de Estabilidade e Crescimento e nas orientações do Conselho Europeu do passado mês de Março, que apontam para uma consolidação orçamental em pelo menos 0,5 pontos percentuais do défice orçamental, corrigido dos efeitos dos ciclos económicos, em percentagem do PIB.

Estamos no caminho certo

"Da análise do Relatório sobre a Execução e Orientação da Despesa, relativo a 2003 pode concluir-se que estamos no caminho certo.

"Estamos no caminho certo ao evidenciar que se está a concretizar a



Manuela Ferreira Leite no Parlamento

correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos com que se vinha confrontando o País, tanto no plano orçamental como no plano do défice externo, criando as condições para que o País possa acompanhar a retoma da economia internacional logo que ela se manifeste de forma mais pujante.

"Que estamos no caminho certo ao mostrar, no exemplo que é dado pelo Estado, que aumentos de produtividade e de competitividade não se obtêm com mais recursos, mas, pelo contrário, fazendo mais e melhor com menos recursos.

"Que estamos no caminho certo quando, estando em causa recursos públicos, se exige e se aplica crescentemente uma cultura de rigor, de parcimónia e de luta contra o desperdício na sua aplicação, única forma de fazer justiça e manifestar respeito para com as gerações vindouras.

"Que estamos no caminho certo quando fica demonstrado que não esmorecerá o ímpeto reformador deste Governo, bem patente na avaliação e projecção das medidas de política dos vários ministérios, cuja continuação, aliás, devemos incentivar inquebrantavelmente.

"Que estamos no caminho certo quando, por via do Estado, procuramos induzir uma mudança de atitude da nossa sociedade civil, de forma que ela se assuma de uma forma mais independente da presença tutelar e clientelar do Estado, de modo a que ela se apresente mais atenta, criativa e confiante.

"O interesse que suscitou a apresentação deste relatório por parte dos Srs. Deputados, nomeadamente da oposição, é o espelho da consciência que todos têm de que finanças públicas sólidas e sustentáveis são uma das bases

de sustentação, um instrumento essencial para a obtenção da prosperidade económica

e da justiça social.

"A atenção atribuída ao relatório decorre da consciência de que as Finanças Públicas constituem o cerne do enquadramento de política económica da União Económica e Monetária, de que Portugal é parte integrante.

"Por isso, representa uma vantagem a possibilidade de aferir e legitimar, com regularidade anual, nesta sede, a orientação e a execução da política de despesa pública.

São crescentemente exigentes os desafios e objectivos assumidos

"Este facto é ainda mais relevante na actual conjuntura económica, que torna crescentemente exigentes os desafios e os objectivos assumidos.

"A preocupação pela evolução da despesa pública traduz a consciência de que uma política orçamental que induz um excesso de procura, sem cuidar de promover a oferta, provoca inflação nos custos dos factores de produção,

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶

A intervenção de Tavares Moreira O objectivo final da nossa política é um crescimento superior ao da UE

O Deputado e porta-voz do PSD para os assuntos económicos e financeiro, Tavares Moreira, no debate sobre a execução do orçamento e opções de política económica, teve uma intervenção de fundo, que pela sua importância transcrevemos em seguida.

Afirmou Tavares Moreira: "Há um ano, no dia 15 de Maio, aprovamos nesta Assembleia o orçamento para 2002. Essa deliberação da AR revestiu-se de especial significado por se ter tratado da primeira grande etapa na mudança da política económica em Portugal, após a nossa participação na zona EURO, dando início a um processo que seria depois integrado por mais quatro episódios fundamentais:

"Primeiro, a aprovação, em 26 de Julho, através da R.C.M. 103/2002, do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, estabelecendo um conjunto de objectivos e de orientações no domínio das políticas de gestão da oferta, colocando um acento muito especial na promoção das actividades produtoras de



bens e serviços transaccionáveis;

"Segundo a aprovação, no final de Julho, na AR, da Lei de Estabilidade Orçamental, consagrando um regime de solidariedade dos diferentes subsectores do Sector Público Administrativo na realização dos objectivos de estabilidade orçamental;

"Terceiro, a aprovação da Lei do OE para 2003, com a qual se elegeu a contenção da despesa pública corrente

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶



Estamos no caminho certo quando aplicamos uma política de rigor

▶▶▶ (continuação da pág. anterior)

nomeadamente do trabalho, o que afecta directa e indirectamente a competitividade do País e conduz directa e indirectamente a uma situação insustentável em matéria de endividamento externo.

"É a consciência de que a perda de competitividade é sempre um problema gravíssimo para um País.

"E é também a consciência de que essa gravidade é tanto maior quando numa União Económica e Monetária existem menos instrumentos para lhe fazer face e quando o alargamento da União Europeia é uma realidade, com todas as implicações que daí decorrem.

"Por isso, todos mostram tanta ansiedade em atalhar o problema.

"Na verdade, todos estão conscientes de que se está perante uma oportunidade porventura derradeira de nos tornarmos competitivos, na qual se joga a possibilidade de melhorar os níveis de bem-estar dos portugueses.

"E por isso não vale a pena tentar recuperar a competitividade perdida usando a mesma lógica que se revelou improcedente nos últimos anos e que foi a de incentivar a procura interna por via orçamental.

Adiar resultaria em novo agravamento

"É mais uma vez adiar, provavelmente de forma definitiva.

"Tal adiamento apenas resultaria, no momento actual, em novo agravamento das condições de competitividade e do nível de endividamento externo.

"Neste contexto, retirar ilações do passado é particularmente importante para que não se cometam os mesmos erros de política económica e se não enverede por um activismo macroeconómico inútil.

"Aliás, tão inútil quanto pernicioso, na medida em que interromperia a correcção em curso dos principais desequilíbrios macroeconómicos e tornaria mais difícil e doloroso o ajustamento no futuro.

"E o que a experiência nos mostra é que as exportações foram sempre a variável impulsionadora da recuperação, só depois seguidas do consumo privado e mais tarde do investimento e do emprego.

"O Governo tem pressa em construir um futuro para o País. A situação não está para hesitações e muito menos para mudanças de rumo e isso passa pela consolidação orçamental, não por ser um objectivo em si mesmo, como decorre inequivocamente do Programa



Sem uma política de rigor não voltaremos a melhores dias

do Governo, mas apenas por ser uma condição essencial para que seja possível relançar o processo de crescimento e de criação de riqueza e de emprego numa base sólida e sustentável.

"Apenas com finanças públicas mais saudáveis será possível encarar uma redução da carga fiscal excessiva, que ainda incide sobre as empresas e

os particulares e é naturalmente inibidora do investimento e do consumo e, por conseguinte, da criação de riqueza.

"O Governo não prescinde de velar e de lutar para que seja possível preservar e melhorar os níveis de bem-estar dos portugueses e garantir que a relevância de Portugal enquanto Nação nunca venha a ser colocada em causa."

A intervenção de Tavares Moreira (continuação)

Disciplinar as finanças públicas corrigir gravíssimos desequilíbrios

- com relevo para a despesa primária - como eixo principal da política de consolidação orçamental;

"Finalmente, o cumprimento com o maior sucesso, da árdua tarefa de colocar o défice orçamental de 2002 em nível inferior a 3% do PIB, evitando que o País incorresse, pelo 2º ano consecutivo, na situação de défice excessivo prevista e sancionada no Tratado da União Europeia.

É muito importante recordar, no momento em que realizamos este debate sobre a política de despesa pública e as opções de política económica, que a mudança de política económica iniciada com o Orçamento Rectificativo (OR) para 2002 constituía uma questão vital, não apenas para a defesa da credibilidade externa do País, ameaçada pelo longo período de irresponsabilidade financeira que tínhamos acabado de atravessar e para a observância dos compromissos de disciplina financeira no quadro da zona EURO, mas também

- e sobretudo - para a criação de condições de crescimento sustentável da economia nacional.

Um importante texto do Banco de Portugal alerta para os perigos duma excessiva procura interna

"Ao mesmo tempo, essa mudança de política visava impedir que a nossa economia caísse numa fase de recessão prolongada, imposta pelo crescente bloqueio financeiro dos sectores produtivos.

"Este último desígnio da nova política económica que o Governo português em boa hora elegeu, demonstra uma enorme clarividência na percepção das limitações que a participação numa zona monetária impõe hoje à política económica mas que muito boa gente ainda não conseguiu apreender.

"Vale por isso a pena relembra, muito brevemente, uma elucidativa passagem de um texto divulgado há pouco mais de um ano pelo Banco de Portugal, justamente intitulado "A economia portuguesa na área do EURO: implicações para a política de ajustamento e para a condução da política económica.

"Um dos principais riscos que a economia portuguesa enfrenta, em matéria de desequilíbrios macroeconómicos, é o de um crescimento excessivo da procura interna, não sustentável em face das perspectivas do produto potencial da economia, pois se este desequilíbrio for persistente, poderá observar-se um crescimento insustentável do endividamento dos agentes económicos residentes face ao exterior.

"No período anterior à adopção do EURO, um alargamento excessivo do défice externo conduzia a pressões crescentes sobre a taxa de câmbio do

escudo, tornando inevitável um ajustamento rápido. Actualmente, o desequilíbrio externo de uma pequena economia como a portuguesa é financiado pela moeda comum, pelo que não está limitado pelo risco de uma crise cambial.

"Assim, a menor pressão dos mercados financeiros para a correcção de desequilíbrios macro-económicos em Portugal suscita o risco de que estes desequilíbrios se acumulem durante um período mais longo e consequentemente, que os custos de ajustamento sejam mais significativos.

"O aumento do desemprego que é gerado no decurso deste processo de ajustamento dependerá do comportamento dos parceiros sociais: se compreenderem a necessidade de moderação salarial será menor a magnitude e a subida da taxa de desemprego.

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶



Em apenas um ano estamos a mudar condições para os três desígnios essenciais

A interpelação ao Governo sobre Economia, agendada pelo PCP, decorreu na Assembleia da República, no passado dia 29, com a presença do Ministro da Economia, Carlos Tavares, que defendeu as posições do Executivo, num discurso muito directo, por vezes duro e no qual fez algumas revelações importantes sobre o investimento em curso e a efectuar no futuro muito próximo, que contrastam com as acusações de estagnação, nesse campo, feitas pela esquerda.

Carlos Tavares afirmou: "Há duas grandes verdades no actual debate sobre a Economia portuguesa: a primeira é que, com as políticas seguidas no passado, os portugueses viram o seu rendimento afastar-se ainda mais do dos seus concidadãos europeus. E este não é um facto do último ano. Isto aconteceu, sobretudo, desde 1997.

"A segunda é que, num momento decisivo para Portugal, em que aos erros e à irresponsabilidade do passado se juntam os efeitos de uma conjuntura internacional sem paralelo na história económica recente, os partidos da oposição preferem dedicar-se a um exercício de oportunismo político, procurando responsabilizar aqueles que não só não criaram a situação actual, como alertaram repetidamente para o seu risco, como finalmente aceitaram

patrioticamente a responsabilidade de tirar o País do pântano - também económico - em que corria o risco de se

próprios criaram; entusiasma-se com cada indicador económico em queda, ignorando, ao mesmo tempo, todo e



afundar.

"Os partidos da oposição rejubilam com a queda dos indicadores de confiança que eles próprios ajudaram a destruir, choram lágrimas de crocodilo por cada empresa que encerra, levantando o dedo acusador àqueles que estão a resolver os problemas que eles

qualquer sinal de melhoria que perturbe o seu discurso de derrotismo e de desesperança.

"Num momento difícil e decisivo como este, seria de esperar bastante mais dos partidos da oposição. Seria de esperar que apresentassem políticas alternativas e soluções construtivas.

"A verdade é que, até agora, nenhuma alternativa séria e credível foi apresentada. As únicas propostas que pontualmente aparecem não são mais do que as do regresso às políticas e aos erros que conduziram a economia portuguesa à situação em que se encontra.

"Há um ano, o Governo iniciou a Reforma da Economia Portuguesa. Para tal definimos objectivos, prioridades e instrumentos essenciais.

Objectivo fundamental: em dez anos atingir o rendimento médio europeu

"O objectivo fundamental é muito claro: atingir o rendimento médio per capita dos europeus no prazo de uma década. É um objectivo ambicioso. Mas vamos conseguir alcançá-lo. Para tanto é preciso mudar o nosso modelo de desenvolvimento económico. É o que estamos a fazer. É o que não desistimos de fazer.

"Há um ano, definimos prioridades: o reequilíbrio das Finanças Públicas, a concretização de reformas estruturais, a adopção de políticas microeconómicas activas.

(continua na pág. 15) ➡

A intervenção de Tavares Moreira

Abrem-se perspectivas interessantes para a retoma económica europeia

➡ (continuação da pág. anterior)

"O desaparecimento da taxa de câmbio coloca assim desafios importantes aos responsáveis pelas políticas económicas. Políticas adequadas nos domínios orçamental e estrutural são cruciais para evitar a acumulação de desequilíbrios.

Neste sentido, o estrito cumprimento dos requisitos do PEC é uma condição necessária para que a política orçamental possa desempenhar, plenamente, o seu papel de estabilização".

"Este texto foi divulgado pouco tempo antes da apresentação do OR/2002. A notável clareza do diagnóstico que nele encontramos parece-me mais do que suficiente para se perceber a necessidade e a urgência da mudança de política económica que há exactamente um ano o Governo entendeu desencadear.

"A clarividência da nova política



económica em Portugal está presente nos diferentes planos em que essa

política se exprime, a saber:

No plano da definição dos objectivos intermédio e final dessa política;

No plano do doseamento dos instrumentos de execução da política;

No plano do discurso político que acompanhou a sua divulgação, que fundamentou a sua necessidade e que tem sido reiterado ao longo da respectiva execução.

"Começando pelos objectivos, trata-se de matéria que suscitou recentemente alguma controvérsia só explicável pela dificuldade em entender que, em política económica, é indispensável estabelecer prioridades.

"O Governo deixou bem claro, desde a primeira hora, que o OBJECTIVO FINAL da sua política é atingir um ritmo de crescimento económico superior à média dos nossos parceiros da EU, por forma a atingir o nível médio de rendimento desses parceiros no mais curto lapso de tempo (a chamada "

convergência real"). Este objectivo foi afirmado e repetido vezes sem conta nos primeiros meses que se seguiram ao início das funções do Governo.

"O Governo também não deixou dúvidas quanto à necessidade, para conseguir esse desiderato final, de se corrigirem, com a maior brevidade, os gravíssimos desequilíbrios de que a economia enfermava e que a tinham lançado num ritmo de endividamento insustentável. E de que, para essa correcção, seria prioritário disciplinar as finanças públicas, eliminar os desperdícios que tinham minado a solidez da economia, e estabelecer, com toda a determinação, um programa de consolidação orçamental a médio prazo.

Uma radical alteração da desastrosa política dos nossos antecessores

(continua na pág. 15) ➡

Proposta da Lei de Bases da Educação

O Primeiro Ministro apresentou uma reforma para o futuro fundada em princípios, valores e objectivos

Um sinal político significativo

Durão Barroso fez um apelo ao "consenso tão alargado quanto possível" na Assembleia da República, para a nova lei de bases da educação, apresentada oficialmente na quarta-feira, dia 28, na residência oficial e que não é "reforma de uma legislatura".

"Daí a importância de um consenso alargado na sua aprovação, depois de um debate amplo, responsável e participado. Estamos abertos e disponíveis para esse consenso", sublinhou o chefe de governo. Estiveram presentes, além dos ministros mais directamente ligados ao sector (Educação, David Justino e Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce) o presidente da Assembleia da República, outros membros do governo e os mais destacados representantes da comunidade da educação, desde Reitores das Universidades a dirigentes sindicais do Ensino.

Durão Barroso, que se empenhou pessoalmente em todas as fases da construção deste importante diploma, afirmou que proposta hoje apresentada foi, entre todas as peças legislativas produzidas desde que assumiu a governação do País, "a que maior prazer lhe deu assinar", por ser um diploma "ambicioso" que "assume compromissos fortes e promove mudanças fundamentais", com orientações e exigências de qualidade e mérito, que nos colocam na vanguarda mundial.

Esta cerimónia foi um significativo sinal político da importância que o Governo e o seu líder atribuem a esta reforma, que cruza transversalmente todas as questões da Instrução e cuja importância se reflectirá não apenas no curto prazo, mas na formação adequada de gerações vindouras.

Pedro Lynce e David Justino fizeram algumas considerações no contexto da nova Lei e o Primeiro Ministro encerrou a cerimónia, num discurso em que a tónica foi a esperança, a confiança e a sua convicção da importância, presente e futura, da nova legislação, em que tanto se empenhou pessoalmente e como responsável do Governo de Portugal.



A Lei de Bases é o elemento central numa visão estratégica, afirma o Primeiro Ministro

Durão Barroso

Um forte investimento do Estado no mérito, qualidade e exigência

Após as intervenções dos Ministros da Ciência e do Ensino Superior e da Educação, o Primeiro Ministro, numa breve alocução, estabeleceu os pressupostos socio-ideológicos que enformam a nova legislação, afirmando:

"O Governo a que presido tem um desígnio estratégico muito claro: erigir um sistema de ensino, de formação e de qualificação que se assuma como um dos melhores e mais avançados do Mundo.

"Queremos, dessa forma, responder a dois desafios essenciais, que são, primeiro, garantir aos nossos jovens condições idênticas às dos seus colegas de outros Países mais desenvolvidos. Segundo, construir as bases de um desenvolvimento harmonioso e sustentado, o qual passa pelo investimento na qualificação dos



David Justino não se distancia das escolas e dos jovens, com os quais (na foto) disputa animada partida de "matrecos"

resultados do futuro se preparam já hoje.

"A nova Lei de Bases da Educação, que o Governo ontem aprovou e que hoje mesmo foi enviada à Assembleia da República, é o elemento central desta visão estratégica.

"Não é um documento de meras ou abstractas intenções. É, sim, um texto fundado em princípios, valores e objectivos. Não é uma síntese de simples declarações de circunstância. É, sim, uma Proposta de Lei que assume compromissos fortes e promove mudanças fundamentais.

"Daí a importância do debate que deve gerar - um debate que seja sereno e responsável, racional e mobilizador, apostado em criar as condições que permitam a Portugal

Portugueses.

"Sabemos bem que esta é uma tarefa ambiciosa, que só no médio prazo pode concretizar-se, daí a urgência que temos em avançar. A razão é simples: a Educação é uma das áreas em que os

(continua na pág. a seguir) 

Durão Barroso

Um forte investimento do Estado no mérito, qualidade e exigência

◀ (continuação da pág. anterior)

combater o atraso que nos afecta e colocar-nos no lugar de vanguarda que ambicionamos para o nosso futuro colectivo.

"Há cinco objectivos essenciais desta Proposta de Lei que me permito estacar:

o primeiro e mais decisivo é o aumento progressivo da escolaridade obrigatória até aos 12 anos. Hoje, a escolaridade é de 9 anos. No futuro passará para 12.

"É um forte investimento do Estado na formação dos nossos jovens. Um forte investimento financeiro, mas também um investimento no mérito, na qualidade e na exigência.

"O segundo, a integração efectiva entre as políticas de educação e de formação. O sentido é claro: nenhum jovem deve abandonar o sistema de ensino sem dispor de um conjunto mínimo de competências profissionais; daí a dupla certificação (para o prosseguimento dos estudos ou para uma saída profissionalizante), que é instituída por esta Lei.

"Terceiro, a aposta na formação ao longo da vida. Hoje, o fenómeno da globalização e as profundas mutações científicas e tecnológicas geram novas situações de analfabetismo funcional. É preciso combatê-los por via da formação continua;

Quarto, a necessidade de caminhar progressivamente para a profissionalização da gestão dos estabelecimentos de ensino, sem prejuízo do princípio da democraticidade e participação.

O voluntarismo tem de dar lugar ao profissionalismo

"O voluntarismo tem de dar lugar ao profissionalismo. Não está em causa o esforço e a dedicação dos muitos professores que hoje gerem as nossas escolas. Mas um professor é um professor, não é necessariamente um gestor. A sua vocação primordial é ensinar, não gerir.

"Quinto, o compromisso num ensino superior de qualidade, adaptado às novas exigências da Declaração de Bolonha, mas fundado em duas ideias chave: aposta renovada na exigência e no rigor por parte das instituições de ensino superior, preocupação reforçada no que respeita ao aproveitamento escolar e ao mérito por parte dos estudantes.

"As licenciaturas passarão, em regra, para um mínimo de 4 anos. É a convergência com o espaço europeu. Mas esta convergência não pode fazer-se na base do facilitismo ou à custa do rigor, do esforço e do trabalho.

"Os mestrados, a cargo de instituições Universitárias ou Politécnicas, terão, em regra, uma componente escolar de 4 semestres. Os doutoramentos, a cargo das Universidades, incluirão, em regra, uma componente escolar de 6 semestres.

"Mas uns e outros, mestrados e doutoramentos, têm de ser fortemente valorizados, seja pela qualidade do corpo docente, seja pela qualidade da investigação realizada.

"Estas orientações - e limitei-me apenas à selecção de algumas das principais - têm, de facto, um claro sentido estratégico.

"Temos que aumentar a qualidade das aprendizagens. A fase do crescimento da oferta da educação terá de dar lugar à fase da qualificação. A nossa batalha é a da qualidade, da exigência, da aposta no esforço e no mérito.

"Temos de formar jovens para o mercado de



O interesse do Primeiro Ministro nesta Lei foi evidente na forma entusiástica como se dirigiu aos presentes na cerimónia

trabalho. Mas temos, sobretudo, de formar cidadãos livres, conscientes e responsáveis, conciliando especialização para o trabalho com formação de base aberta ao conhecimento, à inovação e à mudança, virada para a afirmação dos valores da civilidade e do personalismo.

Temos de assegurar o sagrado princípio da igualdade de oportunidades

"Temos de combater o insucesso e o abandono escolares. O combate à exclusão social começa na escola tem de ser vencido. É um inalienável imperativo de cidadania.

"Temos de apostar na complementaridade entre o ensino público e o ensino privado, pondo fim ao modelo ideológico actual, que assenta na discriminação e na supletividade do ensino privado e assegurando, em concreto, tal como a Constituição estabelece, a liberdade de aprender e de ensinar.

"Temos de assegurar, enquanto Estado, o sagrado princípio da igualdade de oportunidades no acesso de todos à educação e ao ensino. Mas temos de exigir, enquanto sociedade, que o estudante aproveite, através do seu esforço, a oportunidade que o Estado lhe dá e corresponda com o seu mérito ao investimento que a comunidade faz na sua formação.

"Temos de apostar na qualidade e na mais-valia científica dos nossos docentes. Mais. Temos de ter docentes motivados e mobilizados, na docência e na investigação. Nenhuma mudança se faz sem os professores e muito menos contra os professores. Faz-se, sim, com a sua dedicação, o seu empenho e a sua motivação.

"Temos de enfrentar, com determinação, um dos crónicos problemas da nossa sociedade e logo, também, deste sector - o problema da organização, da gestão e da administração.

"É preciso apostar na participação e na democraticidade, mas é igualmente importante reforçar a cultura da responsabilidade e da responsabilização.

"Investir na Educação é investir no futuro. É mesmo o maior investimento que um País pode fazer para o seu futuro.

Esta Lei de Bases é um sinal, uma aposta e um compromisso no futuro

"Esta Lei de Bases é isso mesmo: o sinal, a aposta e o compromisso no futuro, no investimento na formação dos nossos jovens, na qualificação dos Portugueses.

"Queremos uma Educação que forme e não apenas ensine, que seja factor de desenvolvimento individual e colectivo, que se assuma como instrumento de formação do conhecimento, do saber e do espírito crítico dentro da sociedade.

"Uma Educação que seja passaporte para o emprego, não uma ferramenta para o desemprego.

"Uma Educação que desafie as exigências da sociedade globalizada com esperança e ambição, nunca com pessimismo ou resignação.

"Uma reforma desta natureza não se confina à conjuntura de um ciclo governativo. Ela é, sobretudo, uma tarefa de gerações. Daí a importância de um consenso alargado na sua aprovação, depois de um debate amplo, responsável e participado. Estamos abertos e disponíveis para esse consenso. Mais. Não só o desejamos como firmemente o incentivamos.

"É essa a minha convicção. É esse o meu espírito de abertura. É essa a nossa responsabilidade. A responsabilidade perante as próximas gerações. A responsabilidade perante o nosso futuro. A responsabilidade perante Portugal.

Proposta de Lei de Base da Educação

Os Ministros Responsáveis assumem o futuro



Pedro Lynce

Melhores e mais rápidas formaturas a todos os níveis

O Ministro da Ciência e do Ensino Superior foi o primeiro membro do Governo a usar da palavra na cerimónia, afirmando:

"A motivação para a revisão da legislação do ensino superior envolvem uma resposta, principalmente, a realidades incontornáveis.

"Desafios como os da sociedade do conhecimento, da globalização, da crescente integração dos sistemas europeus de ensino superior e da soberania educativa portuguesa neste processo têm necessariamente de ser reflectidos nesta fase de mudança das sociedades portuguesa e internacional.

"A integração do País em espaços mais alargados de ciência e cultura colocamos perante exigências de aliar a qualidade do ensino e das aprendizagens, de forma a assegurar a competitividade em termos internacionais, quer das instituições, quer dos seus graduados.

"Assim se justifica a preocupação do Governo em tornar realidade a existência de um espaço português de ensino superior e de ciência, assente no valor comparável das qualificações, na possibilidade de mobilidade dos estudantes e dos docentes.

"A identidade do sistema português de ensino superior e das suas instituições também se deve fazer pela competição e iniciativa, sem esquecer o melhor que se faz no estrangeiro para atingir patamares de excelência.

"O Ministério da Ciência e do Ensino Superior tem vindo a promover um amplo, debatido e reflectido processo de avaliação, revisão e consolidação da legislação do ensino superior, findo o qual, como anunciado, apresenta as propostas de nova legislação do ensino superior. A presente Proposta de Lei de Bases da Educação reflecte estes novos caminhos para o ensino superior e ciência.

Princípios reforçados

"Há princípios que têm de sair reforçados de todo este processo e que são o princípio da igualdade entre os diversos subsistemas do ensino superior de acordo com o valor dos projectos educativos, científicos e cultural.

"Os princípios de exigência de qualidade para a atribuição de graus em função do mérito da instituição.

"O alargamento da autonomia de todas as instituições de ensino superior, nomeadamente no que se refere à selecção dos seus estudantes.

Alterações a destacar

"Há algumas alterações a destacar e são, a conjugação das qualificações formais (licenciado, mestre e doutor) com as qualificações não formais, na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida.

"O modelo sequencial do ensino assente em três ciclos de estudos que conduzem aos graus de licenciado, mestre e doutor, respectivamente.

"Finalmente, a duração dos ciclos para a atribuição de grau de licenciado, de oito semestres em geral, o 2º ciclo não poderá ir além de quatro semestres, enquanto a parte escolar do 3º ciclo não poderá ultrapassar quatro semestres, ou seja, quatro anos para as licenciaturas, de harmonia com a maioria dos países ocidentais, dois anos para o mestrado e dois anos para o doutoramento"

David Justino

Só a Educação concretiza Liberdades, Direitos e Deveres

O Ministro da Educação, falando após Pedro Lynce, tinha a missão de fazer a apresentação do texto da Lei de Bases e começou por recordar que já tinham passado 17 anos sobre a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo actualmente em vigor. Disse: "O Governo entendeu por bem submeter à Assembleia da República uma nova proposta que incorpora o que pretendemos que seja uma profunda reforma da educação em Portugal.

"A opção por uma nova lei [resulta] fundamentalmente, da consciência que todos temos que nesse mesmo período a sociedade portuguesa registou uma das mais profundas mudanças estruturais dos últimos séculos, tão ou mais profunda que a mudança operada à escala global e em todos os domínios, da cultura à organização social, da economia às mentalidades, dos valores e condutas ao vórtice incontrolável da sociedade da informação.

"Mas a iniciativa resulta, acima de tudo, da necessidade de construir um projecto nacional para a educação em Portugal. Um projecto que /.../ tem de dar um sentido, um rumo e um objectivo para a formação das novas gerações.

"A educação em Portugal não pede rupturas, exige regeneração com sentido estratégico de futuro.

"Recuperámos a já esquecida ideia republicana das Bases da Educação"

E mais adiante, afirmou: "Recuperámos a já esquecida ideia republicana das Bases da Educação que há 80 anos atrás o então Ministro João Camoesas propôs à Câmara dos Deputados. A nossa preocupação central é a Educação, não é o sistema! É ela que concretiza as liberdades, os direitos e os deveres pessoais fundamentais, consagrados na Constituição da República.

"É uma proposta de lei que destaca os princípios centrados na pessoa humana, nos seus valores, na aspiração pelo exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa.

Recordou que a Lei "... dá forma à opção estratégica deste Governo de promover a integração coerente do ensino e da formação" e afirmou:

"Elegemos como designio central a educação como expressão da liberdade /.../ de modo a contribuir para a realização pessoal e social. Os princípios organizativos são instrumentais, não são centrais.

"Os alunos e os cidadãos em geral são o centro das nossas preocupações. Aos educadores e aos professores reserva-se o papel de intérprete decisivo e indispensável nesse processo. À sociedade portuguesa exige-se que assegure em permanência a

disponibilização desses docentes, visando a concretização de uma educação de qualidade.

"Promove-se /.../ a /.../ pré-escolar, convergindo para a ideia de uma educação infantil. Define-se a educação escolar de nível básico, secundário e superior, em função das suas competências e objectivos, visando a criação de uma identidade própria de cada um desses níveis, destacando o primado da sequencialidade e coerência dos trajectos escolares, através do princípio da verticalização dos projectos educativos das escolas. Prolonga-se e amplia-se o modelo de escolaridade obrigatória. /.../ criam-se os instrumentos para uma maior descentralização e autonomia das escolas, valorizam-se os seus projectos educativos, destaca-se o princípio da eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, sempre orientado pelo primado da qualidade pedagógica e científica.

"O enorme esforço que foi desenvolvido para que em tempo se pudesse concretizar a apresentação desta proposta merece ser reconhecido. Foi um esforço colectivo /.../ não preciso de citar nomes, basta assinalar a forma séria, competente e dedicada como cada um se revê neste documento.

"Por último, senhor Primeiro-ministro, compete-me em nome de toda a equipa, manifestar-lhe o quanto nos sentimos gratificados, pelo seu incentivo, pelo seu entusiasmo e pela sua exigência, na prossecução deste designio de reformar a educação em Portugal. A forma como decidiu eleger a qualificação dos portugueses como trave mestra do programa deste XV Governo Constitucional, a coragem com que assumiu o desafio da educação e traçou os seus objectivos estratégicos perante a Assembleia da República e os Portugueses, dão-nos a todos o alento e a confiança na construção de um futuro melhor para Portugal."





Orçamento de Estado de 2003 consagrou estímulos fiscais ao investimento

◀ (continuado da pág. 11)

"A verdade é só uma: sem contas públicas em ordem não há esperança de vida para o País; sem reformas estruturais o País não se moderniza nem se torna competitivo; sem políticas microeconómicas activas não se dinamiza o nosso tecido empresarial.

"É o que estamos a fazer, com inegável sucesso, reconhecido cá dentro e lá fora. É o que não desistimos de fazer.

"No espaço de um ano aprovámos alguns instrumentos absolutamente essenciais. Criámos a nova autoridade de concorrência. O País precisa de uma concorrência saudável.

"Fizemos a reforma dos sistemas de incentivos ao investimento. Eles têm de ser mais eficientes e recompensadores do mérito;

Foi criada a Agência Portuguesa para o Investimento. Temos de voltar a ganhar o investimento estruturante.

"Foi reduzida a tributação das empresas: desde já, com a Reserva Fiscal para Investimento e com o compromisso da redução geral da



tributação em IRC até 20 por cento.

"Estamos a aliviar a carga fiscal sobre as empresas.

"Procedemos à reforma da Lei das Falências. A que hoje temos é uma fonte de distorção da concorrência absolutamente inaceitável. O mal não está apenas numa empresa que fecha. O mal está na nova empresa que não

abre. E nós queremos que apareçam novas empresas.

"Aprovamos um novo Código de Trabalho. Ainda não está em vigor, vai estar a curto prazo, por muito que custe aos tradicionais profetas da desgraça, sempre avessos à mudança e à modernidade;

"Estamos a proceder à reestruturação de sectores estratégicos da economia., como por exemplo, o da energia. Há anos que devia ter sido feita e nós fizemo-la no espaço de 1 ano.

"Foi a dinamização da promoção externa das exportações, do turismo e do investimento. A nova diplomacia económica já é uma realidade.

Em apenas um ano, já mudámos profundamente o ambiente para as empresas em Portugal

"Em apenas um ano estamos a mudar profundamente o ambiente para as empresas em Portugal, criando condições para três desígnios essenciais: aumentar as exportações, incentivar o investimento, apostar no turismo, em suma, ganhar competitividade.

"É desta forma que se prepara a

recuperação da nossa economia. Com realismo e com ambição.

"Temos a ambição de estar no grupo dos países mais atractivos para produzir e investir; temos o realismo de saber que é possível atingir este objectivo no prazo de 3 a 5 anos.

"Dirão alguns que leva tempo. É verdade. Não é possível num ano vencer os atrasos e os adiamentos de muitos anos. Não é possível num ano vencer uma conjuntura internacional altamente adversa e desfavorável.

"Mas a verdade é só uma: nenhum observador minimamente independente contesta a bondade desta política; a alternativa a esta política seria manter, continuar e aprofundar o descalabro da política que nos levou ao estado a que chegámos.

"Não contem connosco para isso. Contem connosco para mudar, para reformar, para fazer Portugal crescer.

"É o que estamos a fazer. É o que vai suceder, para bem de Portugal e dos Portugueses.

"Os observadores independentes aprovam a nossa política económica, mas dos Partidos da oposição só ouvimos chavões, frases feitas, ideias falsas e tiradas discursivas estafadas e ultrapassadas.

"Senão vejamos: diz a oposição que a política orçamental é responsável pelo

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶

Intervenção de Tavares Moreira (continuação)

Governo corrigiu neste ano elevados desequilíbrios externos

◀ (continuado da pág. 11)

"Também esta justificação das opções de política foi repetida vezes sem conta.

O Governo percebeu, e bem, que sem uma radical alteração da desastrosa política de finanças públicas que tinha herdado dos seus antecessores, os desequilíbrios da nossa economia só poderiam ser corrigidos com custos extraordinários para os sectores produtivos e também com custos sociais intoleráveis.

"Não foi assim difícil definir e eleger a consolidação orçamental, a disciplina das finanças públicas como o OBJECTIVO INTERMÉDIO da nova política económica.

"E é aqui que se têm suscitado as maiores confusões. Não falta quem pretenda que o Governo cumpra ou realize em primeiro lugar o objectivo final da política e só depois o objectivo

intermédio.

"Isto equivale a dizer que em primeiro lugar se deve por a economia a crescer, a bom ritmo, só depois se tratando de assegurar as condições indispensáveis para que esse crescimento possa verificar-se.

"Não o dizem explicitamente por esta forma, pois o ilogismo seria por demais evidente.

"Mas não é possível tirar outra conclusão do discurso político que, sem negar a necessidade da consolidação orçamental, ao mesmo tempo lamenta, ou objecta, que esta política está a impedir o crescimento económico e a por em causa o nível do emprego. Que o Governo está a esquecer o estímulo da economia, não adoptando políticas para combater a recessão.

"Nada de mais errado ou mais falso, sobretudo no actual contexto em que a

política económica nacional perdeu os tradicionais instrumentos de regulação MACRO- as taxas de juro e a taxa de câmbio.

Sem uma dura disciplina das finanças públicas nunca mais a economia poderia crescer

"Sem uma séria, ou mesmo dura disciplina das finanças públicas, nunca mais a economia teria condições para crescer. Pela razão bem simples de que não haveria recursos para financiar o crescimento; a persistência dos défices gémeos acabariam por asfixiar, por completo, os sectores produtivos. Então sim, bem se poderia dizer: adeus crescimento, adeus convergência.

"Também no plano do doseamento/calibragem dos instrumentos de execução é perceptível a justeza da nova



(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶



Foram assinados, desde Abril investimentos de 350 milhões de Euros

▶▶▶▶ (continuação da pág. anterior)

agravamento da economia. Nada de mais falso, nada de mais errado. Os factos falam por si.

"Primeiro, o Orçamento de Estado para 2003 não só não aumentou os impostos como consagrou estímulos fiscais às empresas: a Reserva Fiscal para Investimento, o novo regime fiscal das fusões e aquisições, os benefícios fiscais das Áreas de Localização Empresarial e o novo Regime Fiscal do Capital de Risco. Estamos a criar incentivos à nossa economia.

"Segundo, o Governo reafirmou e calendarizou a redução de impostos sobre as empresas: IRC em 2004 (25 por cento) e 2006 (20 por cento); O imposto sucessório e o imposto de sucessões e doações por avença são eliminados, já em 2004. Estamos a baixar a carga fiscal sobre as empresas.

Estamos a devolver a saúde às finanças públicas sem afectar a dinamização da actividade económica

"Numa palavra: estamos a dar saúde às nossas finanças públicas, sem afectar, bem pelo contrário, o incentivo à dinamização da nossa actividade económica.

Diz a oposição que houve uma travagem brusca e irresponsável do

investimento público. Nada de mais falso, nada de mais errado.

"Os factos, uma vez mais falam por si.

Primeiro, o investimento público em 2002 foi superior, em 20 por cento, ao de 2000. É sintomático e significativo.

"No 1º Trimestre deste ano o investimento público do Estado subiu 10 por cento face ao 1º Trimestre do ano passado.

"A transferência de fundos estruturais (que só são transferidos quando são executados) só no primeiro trimestre de 2003 aumentou mais de 100 por cento, face ao mesmo período do ano passado.

"Os números não mentem. O verdadeiro investimento público não está a baixar. A demagogia, essa é que não pára de subir e de crescer.

"Em segundo lugar, o OE/2003 assegurou as contrapartidas nacionais necessárias ao aproveitamento integral dos Fundos Comunitários. Nenhum investimento público foi interrompido e vários foram lançados: Metro do Porto, Ponte Europa de Coimbra, concursos para a construção de dez novos hospitais, modernização dos portos e aeroportos, programa de estradas, etc.

"A conclusão é clara: uns falam de investimento público. Nós, Governo, de forma responsável, fazemos o bom investimento público. É a diferença entre falar e fazer.

"Diz ainda a oposição: a Política Económica do Governo é uma política obcecada pelo défice. Nada de mais falso, nada de mais errado.

"Os factos, sempre e uma vez mais, desmentem tamanha irresponsabilidade, situação a situação.

"Primeiro: a par das medidas de combate ao défice, o Governo levou a cabo, simultaneamente, uma extensa reforma micro económica consubstanciada no Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, composto por um vasto conjunto de reformas estruturais, que melhoraram substancialmente o ambiente empresarial.

"Segundo: nas privatizações o Governo não privilegiou o encaixe imediato do Estado. Pelo contrário. Subordinou a receita a objectivos de estruturação e consolidação das empresas e dos sectores estratégicos para o País e à criação de condições que favoreçam a manutenção dos centros de decisão em Portugal. Na Portucel e no sector energético, o Governo sacrificou a receita imediata, dando supremacia a esses objectivos.

"Terceiro: apesar das dificuldades de curto prazo da economia, o Governo atendeu aos problemas de fundo. Pela primeira vez, foi abordado, de forma concreta e frontal, o problema do desenvolvimento equilibrado do País,

com o Programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos que, além disso, vai resolver problemas concretos, utilizando as medidas já apresentadas e em execução.

Estamos a preparar a reestruturação económica do País

"Ou seja: não estamos apenas a pôr ordem nas contas do Estado, o que já não seria pouco. Estamos a preparar, ao mesmo tempo, a reestruturação empresarial do País.

"Dizem, ainda, que Portugal está menos competitivo e não atrai investimento. Nada de mais falso, nada de mais errado e os factos, novamente, são eloquentes.

"Primeiro: os contratos de investimento assinados desde Abril do ano passado foram superiores aos casos tão citados de deslocalização de empresas. Foram assinados 27 contratos de investimento, correspondendo a um investimento total de 350 milhões de euros, contribuindo para a criação ou manutenção de 5 mil 344 postos de trabalho.

"Estamos a atrair investimento para Portugal.

"Mas mais, muito mais. Peço a vossa

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶

Intervenção de Tavares Moreira

Uma dura disciplina das Finanças Públicas

▶▶▶▶ (continuação da pág. anterior)

política. Este aspecto está hoje bem visível no ritmo de ajustamento e de correcção dos desequilíbrios fundamentais da economia. Depois da apreciável redução do desequilíbrio externo, de 2001 para 2002 (de 8,4% para 5,7% do PIB), os dados já disponíveis para o primeiro trimestre de 2003, evidenciando uma redução de 60% no défice agregado e de 40% na balança corrente, sugerem que este ano se irá verificar uma nova e significativa correcção deste desequilíbrio, não se podendo excluir que o défice em 2003 venha a situar-se em redor de 3% ou mesmo abaixo.

"Quer isto dizer que nos estamos a aproximar de uma nova situação de equilíbrio, num prazo de 18/24 meses a contar da aplicação das novas directrizes de política económica. Bem

mais depressa do que muitos supunham, mas não mais depressa do que as necessidades do País reclamavam.

"Abrem-se assim perspectivas muito interessantes de a retoma económica nos nossos principais parceiros económicos apanhar a economia portuguesa não em contrapé, incapaz de reagir mas, pelo contrário, na melhor posição para aproveitar em pleno essa retoma.

"A evolução das exportações de bens e serviços em Março, em função dos dados já divulgados pelo BP, confirma o ritmo de crescimento dos dois primeiros meses, o que constitui uma indicação muito positiva.

"Os movimentos de fundos estruturais da EU apresentam também uma evolução extraordinariamente positiva.

"Referência ainda para o forte arbrandamento do ritmo de

endividamento externo registado neste período.

"Podê assim dizer-se que o doseamento das medidas de política é perfeitamente adequado. Nem mais, nem menos. Nem mais: não é necessário, por exemplo, o agravamento da carga fiscal. Nem menos: deve prosseguir o esforço de contenção da despesa corrente, sem cedências ou hesitações.

"Em ambos os casos a MF tem mantido uma posição inequívoca.

A dramatização do discurso político foi decisiva para a eficaz gestão das expectativas

"Finalmente, o plano do discurso político envolvente da nova política. Este terá sido um dos aspectos que mais

polémica suscitou, por causa da invocada dramatização do discurso político. Os críticos deste discurso referem mesmo que aquilo a que chamam "crise económica" se deve, em boa parte, a esse discurso radical, dramático, que terá lançado o pessimismo sobre os agentes económicos, levando-os a retrair as decisões de consumo e de investimento mais do que seria necessário. Acrescentam alguns que até se compreende a necessidade de consolidação orçamental mas que o discurso utilizado foi longe demais: "País de tanga", etc.

"Julgo, precisamente ao contrário, que este terá sido um ponto decisivo para a eficaz gestão das expectativas dos agentes económicos. Hoje em dia, muito mais do que no passado, a gestão

(continua na pág. a seguir) ▶▶▶▶



Intervenção do Ministro da Economia (Conclusão)

◀ (continuação da pág. anterior)

atenção para estes dados, que aqui quero revelar em primeira mão, ao Parlamento e aos Portugueses.

"Decorre a negociação com um investidor internacional com um projecto de investimento no norte do país de 15 milhões de euros.

"A Gescartão entregou pedido de licenciamento para a construção de uma fábrica em Viana do Castelo, num investimento de 125 milhões de euros.

"A mesma empresa pediu licenciamento para investimentos a realizar em Mourão, no valor de 10 milhões de euros.

"A Renova anunciou investimentos que vão aumentar em 40% a produção destinada à exportação.

"A Visteon viu aprovado um contrato de investimento de 50 milhões de euros, no distrito de Setúbal.

"Em Estarreja, a Dow Chemical abriu, este ano, uma fábrica de styrofoam, (próximo da Bawo), a primeira em Portugal.

"O "renascimento" da Fábrica de Cerâmica Aleluia que concluiu um plano de investimentos para aumentar a produção.

"A Siemens decidiu concentrar em Portugal actividades de Investigação e Desenvolvimento, até aqui situadas nos EUA e na Alemanha;

"Um grande investimento de turismo vai ser feito no Algarve, cuja autorização se arrastava há 6 anos;

"A API tem em análise 86 projectos de investimento, dos quais 50% são estrangeiros, num montante global de 2500 milhões de euros. Tem ainda 24 projectos, dos quais 18 são estrangeiros, que correspondem a intenções de investimento, num montante global de 2450 milhões de euros.

"Mais ainda, ao nível do



investimento com apoios do Programa Operacional de Economia, estão em condições de ser executados novos investimentos no montante superior a 4 000 milhões

de Euros, em projectos já homologados.

"É um esforço notável.

Tudo isto, senhores Deputados, são factos, números, investimentos

em concreto. Não são palavras nem demagogia. Portugal está mesmo a despertar o interesse dos investidores. Não espero que os Senhores aplaudam, mas, ao menos, em nome do interesse nacional, ficaria bem reconhecer o esforço feito e o contributo decisivo destes investimentos para o futuro.

"A conclusão é mesmo muito clara. Portugal não está parado. Portugal está a mexer. Os investidores não estão parados. Estão a começar a investir. As empresas não estão paradas. Estão a preparar o futuro.

"Quem está parado, isso sim, são alguns políticos da oposição para quem a melhor política é a política do "quanto pior melhor". São os que fazem a política da terra queimada. Nós, ao contrário, acreditamos em Portugal e acreditamos nos Portugueses. Por isso, vamos vencer.

"Esta interpelação é, como a anterior e como todas as que entendam realizar no futuro, bem-vinda, porque nos permite mostrar que estamos a percorrer um caminho diferente do passado.

"Porque nos permite reafirmar os nossos objectivos, o nosso rumo, as nossas políticas; porque, uma vez mais, fica demonstrada a ausência de ideias e propostas alternativas credíveis.

"Por isso vos digo, a concluir: aceitamos todos os conselhos e críticas que sejam construtivos e responsáveis. Não aceitamos as críticas de quem fala mais alto ou faça mais demagogia, mas as críticas de quem tenha feito melhor.

"Porque a verdade vem sempre ao de cima. E a verdade é esta: estamos a reformar, estamos a investir, estamos a dar saúde à economia.

"Os Portugueses acreditam em si próprios e no seu futuro. E nós apostamos em Portugal e nos Portugueses".

Intervenção de Tavares Moreira (Conclusão)

◀ (continuação da pág. anterior)

da política económica tem de procurar influenciar as expectativas dos agentes económicos para que estes assumam comportamentos convergentes com os objectivos da política.

"Se o Governo tinha um objectivo sério e de realização urgente - a redução dos desequilíbrios - competia-lhe utilizar um discurso que induzisse os agentes económicos a contribuir para uma forte desaceleração da despesa interna, com o SPA em primeiro lugar,

para dar o exemplo.

"Não faria qualquer sentido dizer, por exemplo: estamos defrontados com um grave desequilíbrio económico. Temos de o corrigir o mais depressa possível. Mas não se preocupem com isso, que nós daremos notícias mais tarde.

"Só me cabe, nesta circunstância, felicitar o Governo pela perspicácia que demonstrou ao fazer uso desse discurso de dramatização. Foi o discurso apropriado, no momento certo.

"O ritmo a que o processo de

correção dos desequilíbrios está a decorrer é a contraprova mais segura e visível de que esse instrumento de gestão das expectativas foi utilizado no sentido e com a intensidade requeridas.

"Para concluir, cumpre dizer que a NOVA política económica portuguesa, pela primeira vez desde que nos tornamos membro da zona EURO, é totalmente consistente com os dados macro-económicos, com o novo contexto de integração numa zona monetária e com o objectivo final de recriar condições para a retoma do processo de convergência real.

"Naquilo que tem de essencial, a política económica do Governo tem estado impecavelmente correcta.

"O que se deve esperar agora é que o Governo prossiga, com determinação e persistência essa política, ajustando-a às mudanças que forem ocorrendo no contexto interno e internacional, mas mantendo até 2006, a linha de consolidação orçamental e de controlo estrito do crescimento da despesa pública.

"Na certeza de uma coisa: de que para isso poderá sempre, mas sempre, contar com o nosso apoio.

S. Petersburgo faz 300 anos

Durão Barroso participou na cimeira Rússia-União Europeia

● Putin visitará Portugal

As comemorações dos 300 anos de São Petersburgo, antiga capital russa e uma das mais belas cidades do mundo, foram utilizadas como o veículo político de uma cimeira entre a Europa e a Rússia, na qual os chefes de Estado e Governo europeus discutiram com Vladimir Putin alguns dos mais importantes aspectos das relações entre o "gigante do Leste" e a UE.

O Primeiro Ministro português, em declarações na conferência de imprensa que encerrou as conversações, exortou os empresários portugueses a investirem mais na Rússia, principalmente a nível do turismo, mas não só.

Durão Barroso afirmou que ".../ simbolicamente, a conferência de São Petersburgo marca a inclinação da Rússia para a Europa. A questão está em saber se queremos ou não estabelecer uma parceria sólida entre a União Europeia e a Rússia".

Segundo o enviado especial da RTP, Manuel Esteves Martins, não se pode esquecer que dentro de 11 meses a principal fronteira terrestre da União Europeia será com a Rússia, com todos os seus problemas de segurança, redes de tráfico de seres humanos, droga e emigração.

O chefe do governo português lembrou que "...! tem de haver uma cooperação cada vez mais concreta, para resolver os problemas de controlo dos tráficos ilegais, de segurança nas fronteiras, acordos de readmissão, para que assim se gere mais um espaço de confiança em que se possa livremente circular.



A "foto de família". Durão Barroso dá a direita ao chanceler alemão

fluxo de intercâmbio desejável, que pode ir da energia ao turismo, sem esquecer um outro aspecto da cooperação que particularmente interessa Portugal, a segurança marítima, sobretudo devido à rota dos grandes navios, que vai do Báltico ao Atlântico".

No que respeita à Tchetchénia, o primeiro-ministro reconheceu que "tem havido progressos por parte da Rússia" e que a UE "encoraja todos os passos positivos para que se possa fazer valer o estado de direito e os princípios da democracia.

"Este é de facto um problema sério,

anulação dos vistos de entrada, com Putin a referir-se ao "novo muro de Schengen".

Putin em Lisboa

Durão Barroso disse ainda que tinha renovada o convite para que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, se deslocasse a Portugal, tendo este respondido que o faria "na primeira oportunidade" e "talvez ainda este ano".

Putin foi forçado a cancelar uma visita a Portugal, em Outubro de 2002, por causa do atentado de terroristas tchetchenos num teatro de Moscovo.

Antes de deixar a cidade domingo de manhã, José Manuel Durão Barroso, visitou o célebre museu "Hermitage", um dos mais ricos e espectaculares museus do Mundo, situado num antigo palácio dos czares, mandado construir por Pedro o Grande.



Os chefes de governo de Portugal e Reino Unido, vizinhos sorridentes

"É esse o objectivo, a médio e longo prazo, sem esquecer o grande espaço territorial e humano da Rússia, potencialmente apelativo para os exportadores portugueses.

"Porque, em muitos aspectos, somos complementares. Há produtos portugueses muito apreciados na Rússia, se formos capazes de criar o

mas é verdade que tem havido progressos da parte russa, neste domínio".

No que respeita às relações com a Rússia, em geral, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze concordaram numa maior aproximação, nomeadamente, através da criação de um Conselho Permanente de Cooperação e da eventual

Reunião da C.P.N.

A Justiça é igual para todos

A Comissão Política do PSD reuniu na terça-feira, para discutir a justiça, o processo Casa Pia e outros assuntos relacionados, pois não pode ser ignorada a grande pressão que é exercida sobre a opinião pública e consequentemente, sobre os portugueses e o seu dia-a-dia por estes acontecimentos. Um grande partido, com responsabilidades governamentais, não poderia alhear-se, portanto, do que se está a passar.

Deste encontro dos dirigentes do PSD, saiu um apelo a todos os partidos políticos para que não sejam exercidas quaisquer pressões sobre a Justiça, que deve seguir o seu curso com a indispensável serenidade e independência.

António Pinto Leite, vice-presidente do PSD, reuniu uma breve conferência de Imprensa, após a reunião, afirmando, como síntese das discussões que, no



José Luís Arnaut, em Penafiel participa no jantar comemorativo do 1º aniversário da distrital do PSD/Porto

"Falar do PSD/Porto é falar dos seus autarcas"

Eram 21h15 na sexta feira passada, quando no pavilhão de exposições de

PSD pelo círculo do Porto e presidentes das câmaras PSD do distrito pisaram a passadeira laranja que os conduzia à mesa de honra.

sintonizados com a acção e as reformas do Governo.

As boas vindas aos militantes e amigos do Partido foi dada pelo Presidente da Concelhia de Penafiel, Jaime Neto. Este dirigente social-democrata afirmou o agradecimento de todos pela presença no seu concelho do Secretário Geral Luís Arnaut, sublinhando o reconhecimento geral da importância que a Distrital do PSD/Porto granjeou no meio político no decorrer do passado ano.

"Esta festa não se limita à comemoração do 1º aniversário dos órgãos distritais do PSD/Porto, já que se celebra, também uma assinalável mudança de estilo de liderança do PSD/Porto", observou.

Jaime Neto adiantou ainda que a actual liderança, ficou rejuvenescida com a eleição da equipa liderada por Marco António Costa.

"No curto espaço, um ano, a distrital do PSD/Porto assistiu a uma

dinâmica da actividade partidária distrital que se repercutiu, sem dúvida, nos mais diversos aspectos da acção política, aprofundando a importância do nosso partido no Porto e consolidando o seu indiscutível estatuto de maior distrital do país", sustentou o dirigente de Penafiel, que lembrou ainda o facto do PSD ter acabado, nas últimas autárquicas com o consulado socialista, que tanto prejudicou o concelho durante quase vinte anos, estado de coisas que já está em vias de se modificar, a bem de todos os penafielenses.

Marco António era um dirigente feliz ...

Falou em seguida o líder da "Jota" distrital, Helder Santos, que sublinhou a coragem e determinação do Durão Barroso, cuja liderança é difícil face à situação em que "os que fugiram às

(continua na pág. a seguir) 



Penafiel, largas centenas de balões, laranja e branco, foram largados ao som do hino do PSD. Estava dado o mote para a grande festa da Distrital do PSD/Porto.

Foi neste momento, sob os aplausos de mais de 1500 militantes e simpatizantes presentes, que o secretário-geral do PSD e ministro-Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Arnaut acompanhado pelo Presidente da Distrital do Porto, Marco António Costa, deputados do

Com o pavilhão completamente lotado não foi fácil dar o "luz verde" para

o início do jantar, pois os presentes não se cansavam de gritar "PSD, PSD, PSD...".

Em todas as mesas, o tema geral das conversações era idêntico: "A coragem de Durão Barroso em levar a cabo medidas, mesmo que impopulares, para salvar Portugal da crise económica". Sem dúvida, todos os companheiros estavam

Morais Sarmiento em Évora

Em ambiente de grande entusiasmo preside à Assembleia da Concelhia



Na passada sexta-feira, dia 30, o vice-presidente do PSD e Ministro da Presidência Nuno Morais Sarmiento, transmitiu aos militantes e simpatizantes do PSD de Évora, uma mensagem de "confiança" e de

"esperança" numa reunião da concelhia do partido, aberta também a militantes e simpatizantes do CDS-PP.

(continua na pág. a seguir) 

Reunião da CPN (Conclusão) A Justiça é igual para todos ninguém está acima da Lei



PSD, "Entendemos que [o foco de atenção sobre a Justiça, por efeito dos casos mais mediáticos actuais] é neste momento a grande preocupação dos portugueses e portanto, a comissão permanente e a comissão de política nacional centraram-se na questão da justiça".

Os social-democratas defendem que é preciso agir neste assunto com sentido de Estado e serenidade, sem interferências de qualquer espécie sobre as magistraturas e os órgãos de investigação.

"O PSD entende que o Governo deve continuar a disponibilizar todos os meios que a Justiça necessitar para prosseguir as investigações em curso de modo a que, nomeadamente, o processo da Casa Pia seja levado até às últimas consequências", frisou.

"Sem prejuízo da presunção de inocência para cada arguido, os factos recentes dão um sinal importante para o nosso crescimento democrático: o de que a justiça é para todos os portugueses e que ninguém está em cima da lei", acrescentou.

Morais Sarmento (conclusão)

Mensagem de confiança mensagem de esperança!

◀ (continuação da pág. anterior)

Numa sala completamente cheia e ante um público verdadeiramente entusiasta, Morais Sarmento, fez um balanço positivo do primeiro ano de governo da coligação PSD/CDS-PP, destacando a política social e a necessidade de continuar as reformas essenciais para que Portugal regresse à senda do desenvolvimento, de que

tanto se afastou no consulado socialista.

Referindo-se ao actual executivo, afirmou: "Este é um governo sério e a sério que cumpre os seus compromissos", considerando que "há todas as razões para ter esperança e confiança", pois o executivo, fazendo apelo ao que de melhor têm os portugueses, quando motivados pare a acção, está no caminho certo,



que pode ser por vezes duro e difícil, mas que é o único que nos conduzirá aos objectivos traçados.

Ao nível regional, Nuno Morais Sarmento reiterou o empenho do governo nos projectos da barragem de Alqueva, porto de Sines e aeroporto de Beja, que classificou como "alavancas de desenvolvimento para

todo o Alentejo".

A reunião ficou também marcada por severas críticas à gestão socialista na câmara de Évora, por manifesta incapacidade de defender os interesses e a qualidade de vida dos habitantes da cidade e do concelho, que nas próximas eleições autárquicas deve ser entusiasticamente disputado pelos social-democratas.

José Luís Arnaut em Penafiel (conclusão)

"Cada um de nós tem de ser um porta-voz da mudança!"

◀ (continuação da pág. anterior)

suas responsabilidades deixaram o País".

Depois de Helder Santos, falou Marco António Costa, que era, sem dúvida, um dirigente feliz: tinha um pavilhão completamente lotado e tinha reunido praticamente o lote completo dos autarcas que deram vitórias ao PSD no distrito do Porto. E foi aos autarcas que dirigiu as suas primeiras palavras, salientando o trabalho desenvolvido nas suas autarquias, classificando-os de "gente, séria, trabalhadora e de princípios"

"Por isso", afirmou, "hoje, falar do PS/Porto é falar dos seus autarcas", garantindo que a Distrital irá ser "a força e a militância exemplar de que um partido precisa para manter o rumo, sem ceder ao facilitismo de dar razão às vozes da desgraça que não querem ver os primeiros sinais positivos provocados pelas medidas do Governo".



José Luís Arnaut
encerrou as intervenções

José Luís Arnaut encerrou as intervenções comentando o pedido pelo Presidente da República, de

apreciação do novo Código do Trabalho. "Há um

ano que iniciamos esta reforma que o país tanto aspirava e o código ainda

não está aprovado porque, o Senhor Presidente da República ainda tem dúvidas", recordou o Secretário-Geral do PSD.

A actuação da Justiça em Portugal em Portugal, e que na opinião do Ministro-Adjunto está a dar provas da sua maturidade, também foi referida no contexto dos recentes casos judiciais de maior divulgação pública.

A terminar, o Secretário Geral do PSD afirmou que "só conseguiremos mudar o país se cada um for porta-voz da mudança".

Tal como tinha iniciado, o jantar terminou com alguns momentos de cor, musica e alegria, manifestando-se claramente a esperança nas reformas que este Governo está a efectuar, em prol de uma melhor qualidade de vida dos portugueses.

Jorge Nuno Sá discute Ensino Superior em Évora

O Presidente da JSD deslocou-se na passada sexta-feira a Évora, com o objectivo de discutir temas relacionados com o Ensino Superior.

No programa de Jorge Nuno Sá estava um encontro com elementos da Coordenadora Distrital do Superior, a distribuição dos folhetos lançados pela JSD no Dia do Estudante, bem como uma reunião com a Associação Académica de Évora.

A agenda correu como previsto, tendo as duas reuniões sido bastante proveitosas quer para a concertação de esforços com os quadros locais no tocante à política educativa, quer no tocante ao diálogo com os dirigentes associativos eborenses.

No final da visita, o líder da JSD teve a oportunidade de confraternizar na Queima das Fitas com vários militantes, na companhia do Ministro Morais Sarmento.



Toxicodependências analisada em Lisboa

“Tirando o discurso político, o combate às toxicodependências ainda não é prioridade” – afirmou o Presidente da JSD sábado último enquanto participava num debate promovido pela CPD/JSD-Lisboa. Esta acção surge “na sequência da campanha distrital pela informação sobre as drogas”, segundo afirmou Sérgio Azevedo, Presidente da CPD.

A extrema importância da prevenção primária foi um dos tópicos explorados por Jorge Nuno Sá, tendo o líder da JSD lançado um desafio ao Ministério da Educação no sentido de ter lugar logo no 1º ciclo do ensino a formação para o risco e comportamentos de risco, que inclui temas como as toxicodependências, a sexualidade e a prevenção rodoviária.

Nesta acção participaram, entre outros, o Presidente do Instituto das Drogas e Toxicodependência, Fernando Negrão, o Director do Centro das Taipas, Luís Patrício, Director da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, Francisco Ribeiro.

Debate sobre Futuros Políticos conta com líder da JSD

Jorge Nuno Sá foi um dos convidados do Fórum Parlamentar Inter-Europeu para a População e o Desenvolvimento para estar presente num debate sobre o futuro da política e os Futuros Políticos.

O Presidente da JSD começou por fazer notar a curiosidade de se analisar a futura geração de políticos quando já se pertence a essa geração.

Historiando um pouco o passado recente da Europa (nomeadamente o passado nacional), apontou a luta pela liberdade de expressão, pela liberdade de opinião e pela liberdade política como sendo os vectores que mais marcaram as gerações anteriores de políticos.

“Em larga medida no continente europeu e após os anos noventa, podemos dizer que este objectivo foi alcançado”, afirmou Jorge Nuno, constatando em seguida que “existe um novo conjunto de valores pelos quais os novos políticos” se guiam, e que são necessariamente fruto das suas próprias vivências. “Tal como o Mundo mudou, também mudaram as exigências e os combates”

Atendendo aos acentuados problemas de pobreza, fome, discriminação racial ou de género, o crescimento das doenças infecto-contagiosas, a continuação da iliteracia, o desrespeito ambiental, entre outros apuros da nossa sociedade, o líder da JSD referiu que a acção dos políticos do amanhã passarão sobretudo pela promoção da igualdade, do desenvolvimento económico e social e do desenvolvimento sustentado do ponto de vista ambiental.

Respondendo à sua própria questão: *onde estão os jovens políticos de hoje?*, Jorge Nuno não deixou de apontar o dedo a um sistema político que os afasta, pois não faltam à geração actual garra, ideias, projectos e propostas.

Não deixou o Presidente da JSD de focar o tema da Reforma do Sistema Político, caracterizando-a de “importante tarefa de aproximar os eleitores dos eleitores, acreditar na representatividade, responsabilizando os titulares de cargos públicos, tornando-os de facto em advogados dos direitos e das necessidades das populações. Só assim para que a democracia se sinta, a transparência sendo uma realidade e a aproximação clara às populações, podemos ter participação de facto.”

Em jeito de conclusão, referiu que os jovens de hoje não são piores nem melhores que as gerações anteriores, “apenas nasceram num mundo que já é diferente, tem outras vivências, outra forma de encarar a realidade, um mundo da rede global de comunicações e da democracia directa. Por isso não podem ser eles e o Mundo a adaptarem-se à política, mas sim a política a adaptar-se à realidade e ao mundo.”





DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2003, pelas 21h00, no Hotel Viana Sol, sito no Largo Vasco da Gama em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Análise da situação política.

SECÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Nos termos do Artigo 51 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma reunião ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para o próximo dia 27 de Junho de 2003, pelas 21h00, a ter lugar no Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1- Período antes da ordem do dia: 30 minutos;
2- Análise da situação política concelhia;
3- Discussão e aprovação das contas do ano de 2002;
4- Análise da situação política distrital e nacional;

Nota:

Se, à hora marcada, não estiverem presentes os militantes necessários para haver quorum, a reunião terá início às 21h30, com qualquer número de militantes.

Os militantes que quiserem fotocópia das contas, deverão solicitá-la na sede do Partido.

NÚCLEO DE VILA NOVA DE ANHA (VIANA DO CASTELO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia do Núcleo de Vila Nova de Anha do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2003, pelas 21h00, na sede Distrital do PSD, sita na Praça da Galiza (Rua Tenente Coronel do Paço), com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações;
2. Análise da situação Político-partidária.

SECÇÃO DE PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel, para reunir no 17 de Junho de 2003, pelas 21h30, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, sita na Rua Joaquim Araújo, (junto ao

antigo Inó), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política nacional e local.

NÚCLEO DE RIO DE MOINHOS (PENAFIEL)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do PSD de Rio de Moinhos, para reunirem em Assembleia Geral, no próximo dia 14 de Junho de 2003 (Sábado), pelas 16h00, na Escola Básica de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1- Apresentação de contas;
2- Informações;
3- Situação Político-partidária.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para uma reunião ordinária a realizar na Quarta-feira, dia 18 de Junho de 2003, pelas 21h30, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1- Informações;
2- Análise da Situação Política Nacional;
3- Análise da Situação Política Local.

VILA REAL

Ao abrigo do artigo 49 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no dia 6 de Junho de 2003 (Sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1- Informações;
2- Análise da Situação Política.

NOTA

Por lapso dos serviços do Povo Livre a seguinte convocatória na foi publicada a quando da sua recepção.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 6 de Junho de 2003 (Sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º177, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Análise da situação político-partidária.

PESO DA RÉGUA

No n.º1323 de 28 de Maio, onde se Lê "14 de Junho de 2003", deverá ler-se **13 de Junho de 2003**.



ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim, para reunir no dia 13 de Junho de 2003 (Sexta-feira), pelas 22h00, na Sede, sita na Rua dos Ferreiros, n.º 33, Almeirim, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção, da Mesa do Plenário de Secção, do representante do CDES e dos delegados ao Conselho Distrital;
2- Informações;
3- Análise da situação política.

NOTA:

1 - As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção de Almeirim;

2 - As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;
3 - Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quorum, servirão para apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora. Assim sendo a urna estará aberta das 22h30 às 23h30.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e restante regulamentação aplicável, convocam-se os Militantes da Secção da JSD de Portalegre, para um Plenário a ter lugar no dia 14 de Junho de 2003 (Sábado), pelas 15horas, na Sede da Comissão Política Distrital do PSD em Portalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção;
2 - Eleição dos delegados ao Conselho Distrital;
3 - Outros Assuntos.

NOTA:

As listas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior às eleições, junto da Mesa do Plenário da Secção da JSD de Portalegre.

A votação decorrerá entre as 15h00 e as 17horas do dia 14 de Junho de 2003.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos em vigor,

convocam-se todos os militantes da Secção de Loures da JSD, para o Plenário da Secção, a realizar no próximo dia 12 de Junho de 2003, pelas 20h30, na Sede da Secção, sita no Parque Residencial do Almirante, Lte. 15 loja 4, em St.º António dos Cavaleiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
2- Eleição da Comissão Política de Secção;
3- Eleição dos Delegados da Secção de Loures ao Conselho Distrital de Lisboa.

NOTAS:

* As listas devem ser entregues, em duplicado ao Presidente da Mesa de Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD, na Sede Distrital da JSD.

* As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

* As urnas estarão abertas por 1 (Uma) Hora.

REDONDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Redondo para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Junho de 2003, pelas 14h00 na Sede Concelhia, sita na Rua Manuel Joaquim da Silva, n.º 39, no Redondo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção;
2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
3- Eleição do(s) Delegado(s) ao Conselho Distrital.

NOTAS:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 h00 do dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 16h00.

CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Évora da JSD, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Junho de 2003, pelas 17h30, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º48, em Évora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Debate sobre a Reforma do Sistema Político;
2- Ratificação das alterações na Comissão Política Distrital.
3- Análise da Situação Política;

Carlos Coelho opõe-se a proposta de decisão do Conselho por falta de base jurídica

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** votou, em Estrasburgo, contra uma proposta de decisão do Conselho que estabelece os critérios e as modalidades práticas da compensação dos desequilíbrios financeiros decorrentes da aplicação da directiva relativa ao reconhecimento mútuo de decisões de afastamento de nacionais de países terceiros.

Carlos Coelho sustentou a sua posição “*por uma questão de consistência com a posição anteriormente adoptada pelo Plenário do Parlamento Europeu, em 11 de Dezembro de 2000, onde foi rejeitada a iniciativa francesa que propunha a adopção de uma directiva relativa ao reconhecimento mútuo de decisões de afastamento de nacionais de países terceiros, a qual carecia de uma base jurídica. Penso que não posso adoptar nenhuma outra posição que não seja igualmente a rejeição desta iniciativa, acrescentou*”.



Directiva, “*o que está em causa não é a substância ou o próprio conteúdo político da proposta que considero ser até bastante positivo, pois visa introduzir critérios e modalidades práticas adequadas para a compensação de quaisquer desequilíbrios financeiros que possam resultar da aplicação da Directiva relativa ao reconhecimento mútuo de decisões de afastamento de nacionais de países terceiros, isto é, o Estado Membro que emite a decisão de afastamento deve reembolsar o Estado Membro que a executa com base nos custos reais da operação (até um limite máximo dos custos, devendo ser razoáveis, comparáveis e equilibrados), que deverão cobrir os custos de transporte, administrativos e de alojamento.*”

No entanto, sublinhou, **dado que estamos perante uma iniciativa relativa à aplicação da Directiva 2001/40/EC, a qual foi rejeitada por carecer de base jurídica, logo, nos mesmos termos não poderemos tomar outra atitude que não seja também**

Para Carlos Coelho, à semelhança do que já acontecia em relação à própria **a rejeição desta iniciativa**”.

PE debate enxofre nos combustíveis navais

Moreira da Silva defende posição mais ambiciosa

O Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva apoiou, em Estrasburgo, uma proposta de Directiva relativa ao teor de enxofre dos combustíveis navais que visa reduzir as emissões de SO₂ nos transportes marítimos. Jorge Moreira da Silva considera, no entanto, que “*é necessário conferir mais ambição à proposta da Comissão Europeia.*”

Em **primeiro** lugar, **impondo limites máximos de teor de enxofre mais ambiciosos** do que o de 1,5% definido na Directiva. É crucial que esse limite baixe, já a partir de 2008, para 0,5%.

Em **segundo** lugar, **alargando as áreas de incidência da Directiva**. É inaceitável que as reduções das emissões de SO₂ abranjam apenas o Mar Báltico, o Mar do Norte e o Canal da Mancha. É fundamental que a Directiva fixe um teor máximo de enxofre nos combustíveis navais utilizados em todas as áreas dos seus mares territoriais e nas Zonas Económicas Exclusivas a partir de 2010. Por outro lado, é necessário que a UE se bata pelo alargamento das zonas de controlo das emissões de SO₂, previstas na Convenção MARPOL, ao Mediterrâneo, ao Noroeste do Atlântico e ao Mar Negro.

Em **terceiro** lugar, **desenvolvendo instrumentos de mercado**, como o comércio de emissões de SO₂, com o intuito de reduzir o problema ambiental da acidificação com os menores custos económicos. Esta é, aliás, uma das soluções encontradas para a resolução de um outro problema ambiental - o das Alterações Climáticas. Recorde-se que, em 2005, arrancará o sistema europeu de comércio de emissões de CO₂ que se espera poder reduzir em 35% o custo de cumprimento dos objectivos do Protocolo de Quioto na UE”.

Moreira da Silva recordou, no Plenário do Parlamento Europeu que “*as emissões de dióxido de enxofre (SO₂), resultantes da queima de combustíveis contendo enxofre, têm consequências muito nefastas para o meio ambiente, por via da acidificação e da eutrofização, e para a saúde humana (potenciando a asma, a bronquite e a insuficiência cardíaca). Nos últimos anos tem sido feito um enorme esforço para reduzir as emissões de SO₂ nas fontes terrestres, tendo-se mesmo registado uma redução em 60% nos últimos 10 anos.*”

No entanto, acrescentou, no mesmo período, as emissões a partir dos navios circulando em águas europeias aumentou em 30% e prevê-se que, num prazo de 10-15 anos, as emissões causadas por navios possam ser equivalentes a todas as emissões terrestres”.





Prof. Vieira de Carvalho: Esta sempre connosco

A câmara municipal da Maia, homenageou, no passado Domingo, a memória do Doutor José Vieira de Carvalho, com uma missa de sufrágio, uma visita ao mausoléu da família no cemitério paroquial de Moreira e como ponto mais alto, o descerramento da placa toponímica da agora chamada "Praça do Doutor José Vieira de Carvalho", a antiga Praça do Município e finalmente, a inauguração duma estátua de Vieira de Carvalho, junto aos Paços do Concelho.

A peça de escultura, cujo enquadramento espacial foi definido pelo arquitecto Souto Moura, responsável pela configuração da praça do Município, é da autoria de um dos mais prestigiados artistas plásticos do país, o escultor Pedro Cabrita Reis, actual responsável pela representação portuguesa na Bienal de Artes de Veneza, o qual, excepcionalmente e atendendo à dimensão humana e ao prestígio do homenageado, aceitou a tarefa de esculpir a estátua de Vieira de Carvalho.

A estátua, em dimensão real, perpetua uma imagem de proximidade, testemunhando no bronze a presença do que foi um homem superior que dedicou toda a sua vida à causa da Maia e das suas gentes.

O monumento olha de frente a confluência da avenida do visconde de Barreiros com a rua do Doutor Carlos Pires Felgueiras, tornando-se na primeira grande referência da cidade da Maia, que se depara a qualquer viandante que chegar ao núcleo nobre da cidade.

Fica, assim, num local em que Vieira de Carvalho muitas vezes parava largos momentos, vindo do parque de estacionamento e prestes a entrar nos Paços do Concelho, pelo acesso lateral, observando atenta e carinhosamente o pulsar da sua cidade.



José Luís Arnaut descerra a estátua de Vieira de Carvalho

Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

ÉTICA E RESPONSABILIDADE

A Comunicação Social tem, toda ela, um papel fundamental e único no esclarecimento responsável das populações, veiculando informação séria, atenta e maturada. Não pode, contudo, omitir realidades ou declarações menos felizes e precipitadas de protagonistas da vida pública. Infelizmente temos assistido ultimamente ao lado negativo destas duas realidades.

Muita informação distorcida e empolada e depoimentos "populares" e levianos de altos responsáveis políticos. Portugal merece melhor. É nos momentos difíceis, nas situações mais conturbadas que devem surgir os homens mais capazes.

Exactamente quando a serenidade tende a faltar, quando as referências e os exemplos são escassos, ainda é mais necessário à classe política e à comunicação social (sem faltarem à verdade nem omitirem factos), assumirem um papel consciente, adulto e capaz de ajudar o País a ultrapassar com o mínimo de marcas, um período negativo e altamente perturbador dos valores que nos devem reger.

Por motivos e factos que todos sabemos e que assombraram a nossa razão e os nossos corações, tivemos oportunidade de analisar de forma pública e notória quem, com obrigações políticas, soube assumir um comportamento de acordo com as responsabilidades que os cargos exigem e quem infelizmente passou por cima de tudo isso e se esqueceu redondamente que é nos maus momentos que se revelam os grandes homens.

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal nº1970/83
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel/Beta-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE

01324



9 770870 214418